



**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A.**

31 de Dezembro de 2024





Índice

Relatório do Auditor Independente	3
Relatório da Administração	10
Balço patrimonial	24
Demonstração do resultado	26
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	28
Demonstração dos fluxos de caixa	30
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis	31
Nota 1 – Contexto operacional	31
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas	31
Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis	32
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	38
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	38
Nota 6 – Depósitos compulsórios no Banco Central	38
Nota 7 – Instrumentos financeiros	39
Nota 8 – Repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito	42
Nota 9 – Imposto de renda, contribuição social sobre lucro líquido, créditos tributários e passivos fiscais diferidos	48
Nota 10 – Investimentos em participações em coligadas e controladas	51
Nota 11 – Imobilizado	52
Nota 12 – Intangível	53
Nota 13 – Depósitos	53
Nota 14 – Obrigações por operações compromissadas	54
Nota 15 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares	54
Nota 16 – Obrigações por empréstimos e repasses	54
Nota 17 – Instrumentos financeiros derivativos	55
Nota 18 – Provisões	55
Nota 19 – Patrimônio Líquido	57
Nota 20 – Limites operacionais - acordo de Basileia	59
Nota 21 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis	59
Nota 22 – Transações com partes relacionadas	64
Nota 23 – Outras informações	65
Nota 24 – Impacto Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas	66
Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob	71
Resumo do relatório do Comitê de Auditoria	72

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição" ou "Banco Sicoob"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Instituição e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição e da Instituição e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

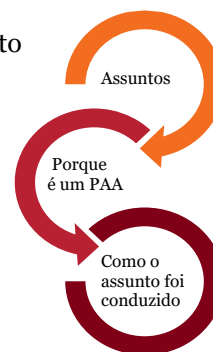
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3(h) e 8)

A estimativa das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito envolve julgamento por parte da administração, considerando a expectativa de realização da carteira de crédito, com base em experiência passada, cenário atual e expectativas futuras e riscos específicos das carteiras de crédito.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas levando-se em consideração as normas regulamentares do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), notadamente a Resolução CMN nº 2.682, e é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas).

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria, pois o uso de julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos (i) aprovação da política de crédito; (ii) análise de crédito; (iii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iv) atribuição de rating considerando o risco do valor recuperável das operações; (v) processamento e contabilização das provisões; (vi) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vii) elaboração das notas explicativas.

Efetuamos testes a fim de verificar a integridade da base de dados utilizada para cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, além de testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo dessa provisão em relação aos ratings atribuídos, as premissas adotadas, bem como confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(q) e 18(a))

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, inerentes às suas atividades. A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis, considerando novos eventos ocorridos.

Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados à identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em nota explicativas.

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos que patrocinam os processos judiciais e administrativos, para confirmar a avaliação do prognóstico de perda, inclusive considerando os principais novos eventos ocorridos no período, a totalidade das informações e o valor das provisões, confrontando com os relatórios analíticos que originam os saldos contábeis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de Tecnologia da Informação

O Banco Sicoob e suas controladas possuem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto à efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de Tecnologia da Informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 31 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 1SP235228/O-5

Cenário Macroeconômico

O ano de 2024 apresentou sinais contraditórios para a economia brasileira. Apesar de um bom desempenho em diversos indicadores, com crescimento do PIB, mercado de trabalho aquecido, ganhos de renda e expansão do crédito, o recrudescimento da inflação e temores fiscais prejudicaram a percepção interna, culminando na desvalorização do real. No exterior, os EUA dominaram as questões econômicas, com o Federal Reserve reduzindo moderadamente as taxas de juros, enquanto o resultado da eleição presidencial resultou em um fortalecimento do dólar e aumento dos juros devido à sinalização de políticas fiscais agressivas. A China, por sua vez, implementou estímulos para conter sua desaceleração econômica.

Do ponto de vista doméstico, a atividade econômica manteve um desempenho positivo, com o PIB crescendo 3,3% nos três primeiros trimestres de 2024. O setor de serviços foi o principal motor desse crescimento, avançando 3,8%. A indústria teve alta de 3,5%, com destaque para eletricidade, gás, e construção civil. O setor agropecuário enfrentou dificuldades, com uma queda de 3,5% no PIB, refletindo os efeitos de uma seca severa e das altas temperaturas, que impactaram a produção de milho, soja e trigo.

A produção pecuária teve crescimento, impulsionada pela forte demanda internacional, especialmente para carne bovina e de frango. O consumo das famílias aumentou 5,1%, devido ao crescimento da massa de rendimentos e ao avanço do crédito. Os investimentos também se destacaram, com alta de 6,6%, superando o desempenho do consumo. No entanto, as exportações desaceleraram, e as importações cresceram 14,2%, refletindo a maior demanda interna.

O mercado de trabalho continuou gerando empregos, com 1,69 milhão de novas vagas formais, o que representa um aumento em relação a 2023. A taxa de desocupação caiu para 6,2%, e o rendimento médio real subiu 4,5%. A massa de rendimentos aumentou 7,7%, favorecendo o consumo. O crédito bancário teve crescimento significativo de 10,5%, com destaque para a alta de 12,6% no crédito para pessoas jurídicas. No entanto, houve desaceleração no final do ano devido a condições financeiras mais desafiadoras.

As empresas também recorreram ao mercado de capitais, com emissões de R\$ 770,2 bilhões, um aumento real de 61,4% em relação a 2023. As debêntures se destacaram, representando 61,5% das emissões totais. As condições financeiras no setor bancário se mantiveram controladas, com a taxa de juros bancários para pessoas físicas ficando abaixo dos níveis de 2023. No entanto, a inadimplência aumentou em algumas modalidades, como o cartão de crédito rotativo.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, subiu 4,8%, acelerando no final do ano devido ao aumento de preços no grupo Alimentação e Bebidas, com destaque para carnes, óleos e leite. O IGP-M, por sua vez, teve alta de 6,4%, refletindo a desvalorização cambial e o aumento dos preços no atacado. A

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

aceleração da inflação levou o Banco Central a interromper o ciclo de cortes na Selic, elevando a taxa para 12,25% até o final do ano, com continuidade no início de 2025.

No cenário fiscal, houve uma melhora nas contas públicas, com o déficit do Governo Central caindo de R\$ 230,5 bilhões em 2023 para R\$ 43 bilhões em 2024. As receitas líquidas cresceram 8,9% em termos reais, impulsionadas pela atividade econômica, enquanto as despesas totais caíram 0,7%. A relação dívida/PIB aumentou para 76,1%. O comércio exterior registrou superávit de US\$ 74,6 bilhões, mas as importações aumentaram, resultando em um déficit em transações correntes de US\$ 56 bilhões. As reservas internacionais terminaram o ano em US\$ 329,7 bilhões.

No exterior, as principais economias, como os EUA, mantiveram bom desempenho, com crescimento de 2,8% e inflação de 2,9%. O Federal Reserve iniciou o ano com cortes de juros, mas suspendeu o ciclo em 2025. Na China, o PIB cresceu 5%, e a Zona do Euro teve baixo crescimento de 0,7%. Os mercados internacionais se beneficiaram da redução das taxas de juros, com o índice S&P 500 subindo 23,3% e o Nasdaq 24,8%, impulsionados pela tecnologia e inteligência artificial.

No Brasil, os ativos financeiros enfrentaram um ano difícil, com a desvalorização do real e a piora da percepção fiscal. O Ibovespa caiu 10%, e a taxa de juros de 10 anos subiu para 15,1%. Em resumo, 2024 foi um ano de contradições econômicas, com bons números em alguns indicadores, mas com crescentes preocupações fiscais e macroeconômicas, desafiando a confiança no curto prazo. O cenário internacional também teve impactos significativos, especialmente nos EUA e China.

Banco Sicoob

Fundado em novembro de 1996, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. Nessas quase três décadas, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e no trabalho integrado, a fim de estimular o desenvolvimento do cooperativismo financeiro no país.

O Banco Sicoob integra a estrutura de Governança Corporativa unificada com o Sicoob Confederação, formando assim o Centro Cooperativo Sicoob - CCS. Desta forma, o Banco reúne no âmbito do seu conglomerado as empresas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. - Sicoob Consórcios, Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. - Sicoob Pagamentos e Sicoob Participações em Seguridade S.A. - Sicoob Par Seguridade, além de patrocinar a fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

Unido a essas empresas, o Banco Sicoob desenvolve ações estratégicas com foco na melhoria contínua de processos e disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares.

Tais ações integram o Planejamento Estratégico do CCS, representado pelo Pacto Sistêmico, que é um conjunto de diretrizes composto por desafios que são delineados pelo aumento da concorrência, inovação, geração de conhecimento dos colaboradores e na infraestrutura de produtos e serviços do

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

Banco Sicoob. Nesta perspectiva, o papel do Banco Sicoob é agregar diferenciais competitivos às cooperativas.

O Banco Sicoob passou a compor o Segmento 2 (S2) na classificação do Banco Central para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, que vai do S1 ao S5 (das maiores para as menores). Esta mudança ocorreu devido aos ativos totais do Banco Sicoob superarem o montante correspondente a 1% do PIB por três semestres consecutivos. A evolução de S3 para S2 reforça a performance do Sicoob e do cooperativismo de crédito no âmbito do sistema financeiro brasileiro.

Os impactos positivos dessas ações podem ser confirmados nos grandes números que a instituição vem alcançando: R\$ 592,93 milhões em resultado consolidado e R\$ 106,21 bilhões em depósitos totais consolidados.

Performance

O Banco Sicoob encerrou o ano de 2024 com ativos totais consolidados de R\$ 153,63 bilhões, aumento de 17,53% em relação a dezembro de 2023, destacando-se:

a. Instrumentos financeiros

Com montante consolidado de R\$ 95,82 bilhões em dezembro de 2024, o que corresponde a aumento de aproximadamente 11,50% quando comparado a dezembro de 2023, destacam-se:

Títulos e valores mobiliários

Com montante consolidado de R\$ 40,54 bilhões em dezembro de 2024, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs), o que equivale a aproximadamente 42,31% do total de instrumentos financeiros.

Aplicações interfinanceiras de liquidez

Com montante consolidado de R\$ 35,27 bilhões em dezembro de 2024, refere-se às aplicações em operações compromissadas no valor de R\$ 31,02 bilhões e aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros no valor de R\$ 4,25 bilhões.

Repasses interfinanceiros e operações de crédito

Com montante consolidado de R\$ 51,03 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 11,38% em relação a dezembro de 2023. Na composição total destacam-se as linhas com Recursos de Fontes Públicas (BNDES, FINAME, FNO e FCO), que apresentou expansão de 48,20%, recursos direcionados da LCA (MCR 6-7), que apresentou expansão de 45,20% e Recursos Direcionados à vista (MCR 6-2) que expandiu 17,37%.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 3,5 bilhões, aumento de 11,28% em relação a dezembro de 2023.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

b. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2024 com 12,70 milhões de plásticos. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 18,68% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 118,03 bilhões, significando um crescimento de 12,15% em relação ao ano anterior. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 71,87 bilhões.

c. Operações de aquisição

A aquisição, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2024 uma redução de 22,21% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período do ano de 2023.

Mesmo com a redução de estabelecimentos ativos na base, houve aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 62,08 bilhões, o que representa um aumento de 36,18% em relação ao mesmo período do ano de 2023.

d. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, no ano de 2024, o valor de R\$ 106,21 bilhões.

A Poupança Cooperada fechou o ano somando R\$ 15,41 bilhões, um crescimento de 21% em relação ao ano de 2023.

e. Processamento de serviços

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, digitalização, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2024 um total de 594.451.592 documentos, sendo 2,81% superior ao mesmo período do ano anterior.

f. Novos convênios

No ano de 2024, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 970 parcerias. DETRAN DF, GDF - GNRE, Prefeitura de Niterói/RJ, Prefeitura de Maringá/PR, Prefeitura de Viana/ES, Prefeitura de Joinville/SC, Prefeitura de Tapurah/MT, Prefeitura de Augusto Pestana/RS, Prefeitura de Quirinópolis/GO, SAAE Itabira/MG, Águas de Jarú/RO e SAAE Indaiatuba/SP.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Gerenciamento de riscos e gerenciamento de capital

I. Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às atividades.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez;
- b) Não Financeiros:** risco operacional, riscos social, ambiental e climático, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, risco de descontinuidade de negócios, risco de lavagem de dinheiro e risco cibernético.

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos considerados relevantes.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) 2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma unificada;
- c) 3ª linha:** avaliação independente da auditoria interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminados na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A auditoria interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Encontra-se disponível no sítio do Banco Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a. Risco de crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento da classificação das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

b. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros, com o objetivo de assegurar que o risco seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Banco Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições do Banco.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) utiliza as boas práticas e modelos consolidados de avaliação. No processo de gerenciamento do risco são utilizadas as abordagens de valor econômico e resultado da intermediação financeira.

- a)** abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
- b)** abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição.

O acompanhamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é realizado por meio da apreciação de relatórios periódicos elaborados pela área especializada e remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a)** o valor do risco e o consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e resultado de intermediação financeira;
- b)** o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas do Banco Central do Brasil - BCB;
- c)** análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- d)** limites máximos do risco de variação das taxas de juros;

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

- e) análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de um ponto-base na curva de juros;
- f) resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- g) testes de estresse;
- h) plano de contingência.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária para avaliar a sensibilidade do risco aos limites definidos na RAS.

c. Risco de liquidez

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

O Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

O gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente às boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - limite mínimo de liquidez;
 - fluxo de caixa projetado;
 - aplicação de cenários de estresse;
 - definição de planos de contingência.
- b) realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- d) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez do Banco Sicoob.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do conglomerado do Banco Sicoob.

Para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

d. Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócios, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

e. Risco de Imagem

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais para mensurar a satisfação e qualidade no atendimento (Ouvidoria, SAC), o atendimento em prazos regulamentares do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e a classificação reputacional frente ao mercado pelo público em geral (Reclame Aqui e redes sociais).

f. Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Risco social

O processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e a proteção de direitos nas relações de negócios para todas as pessoas, avaliando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

Risco ambiental

O processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco climático

O processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática e na observância dos riscos de transição e físico.

Para atender aos normativos referentes aos riscos sociais, ambientais e climáticos (em especial as Resoluções BCB 139 e 151 de 2021) o Sicoob divulgou, em abril/2024, o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), fornecendo informações detalhadas sobre a governança e o gerenciamento desses riscos, destacando as atribuições e responsabilidades das instâncias institucionais envolvidas, como o Conselho de Administração e a Diretoria. Adicionalmente, foram reportadas as informações relacionadas ao Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático (DRSAC) das instituições enquadradas como S3 e S4 com dados relativos à classificação dos riscos social, ambiental e climático dos tomadores de crédito.

g. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob conta com empregados dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como orientadores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade e dão suporte ao Conselho de Administração e à Alta Administração no gerenciamento efetivo dos riscos de conformidade.

h. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos e serviços financeiros. Por sua vez, os produtos e serviços fornecidos percorrem as diretrizes para o gerenciamento dos riscos por meio da identificação, classificação, controle e reporte.

i. Risco de Descontinuidade de Negócios

As diretrizes para gerenciamento do risco de descontinuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes de descontinuidade;
- d) implementação das estratégias (execução das ações definidas, com especificação clara do que fazer, do responsável e do prazo para execução) para gerenciamento de incidentes adversos que possam gerar interrupção de processo ou atividade considerada crítica;
- e) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, infraestruturas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- f) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente);
- g) análise das ações e dos procedimentos que garantam a continuidade de negócios em situação de contingência, observando o que funcionou e o que precisa ser aprimorado para evitar falhas futuras, providenciando as correções necessárias.

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO), Plano de Emergência (PEM), Plano de Comunicação (PCOM) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

j. Risco de Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo

As diretrizes para gerenciamento do risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a) definição das diretrizes e processos de PLD/FT, com o objetivo de mitigar risco de imagem/reputacional;
- b) monitorar;
- c) selecionar;
- d) registrar, analisar e diligenciar;
- e) comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- f) emitir relatórios gerenciais;
- g) implementar e atualizar a Avaliação Interna de Risco (AIR) de PLD/FT;
- h) elaborar Relatório de Avaliação de Efetividade de PLD/FT (RAE).

A prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo tem o objetivo de mitigar os riscos da prática de ilícitos com utilização da estrutura do Sicoob e zelar pela imagem/reputação.

k. Risco Cibernético

A Gestão de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

A área de Riscos Cibernéticos realiza monitoramentos essenciais, são acompanhadas vulnerabilidade e incidentes cibernéticos, bem como há participação em fóruns específicos do tema, contribuindo para o desenvolvimento de suas funções e para proteção dos ativos digitais do Sicoob. Adicionalmente, são realizadas pesquisas periódicas da maturidade cibernética de todo o sistema Sicoob, o que possibilita a avaliação e a priorização de ações, medidas e controles para mitigação de riscos cibernéticos e de segurança da informação.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bianualmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2024 e 2023

II. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital do conglomerado Banco Sicoob é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do conglomerado para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o conglomerado Banco Sicoob aderiu formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem ao conglomerado Banco Sicoob identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e, adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.sicoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Patrimônio líquido e resultado do período

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2024 alcançou o montante de R\$ 4,99 bilhões, o que representa um aumento de 19,67% em relação ao ano anterior.

No ano, o lucro líquido consolidado foi de R\$ 592,93 milhões, com retorno anualizado de 14,72% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e não circulante		153.548.342	130.533.123	153.627.001	130.720.677
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.094.586	23.412.022	31.094.590	23.412.213
Depósitos compulsórios no Banco Central	6	4.323.452	2.624.905	4.323.452	2.624.905
Instrumentos financeiros		95.775.181	85.837.185	95.820.455	85.933.857
Títulos e valores mobiliários	7	40.491.584	34.200.691	40.536.858	34.297.363
Carteira própria		21.607.701	18.408.998	21.643.881	18.505.670
Títulos públicos		20.481.204	16.754.458	20.481.204	16.771.174
Títulos privados		1.079.197	1.602.886	1.079.885	1.603.468
Cotas de fundos de investimento		47.300	51.654	82.792	131.028
Vinculados a operações compromissadas		10.961.506	8.188.082	10.961.506	8.188.082
Títulos públicos		10.961.506	8.188.082	10.961.506	8.188.082
Vinculados a prestação de garantias		7.921.046	7.603.450	7.930.140	7.603.450
Títulos públicos		7.921.046	7.603.450	7.930.140	7.603.450
Instrumentos financeiros derivativos		1.331	161	1.331	161
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	4.251.160	5.817.936	4.251.160	5.817.936
Repasse interfinanceiros e operações de crédito		51.032.437	45.818.558	51.032.437	45.818.558
Repasse interfinanceiros	8(a)	32.755.443	32.773.427	32.755.443	32.773.427
Operações de crédito	8(a)	18.639.858	13.319.568	18.639.858	13.319.568
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8(g)	(362.864)	(274.437)	(362.864)	(274.437)
Outros ativos		20.510.497	17.405.693	21.219.166	17.901.286
Transações de pagamento	21(a1)	19.373.469	16.734.278	19.459.442	16.816.883
Carteira de câmbio	21(a2)	552.149	124.250	552.149	124.250
Rendas a receber	21(a3)	200.469	141.332	275.741	185.755
Outros	21(a4)	577.059	547.284	1.128.545	915.848
(-) Provisões para outros ativos	21(a5)	(192.649)	(141.451)	(196.711)	(141.451)
Ativos fiscais diferidos	9(a)	419.181	263.005	435.595	281.285
Investimentos em participações em coligadas e controladas	10	1.144.349	816.249	164.590	138.579
Controladas e coligadas		1.144.349	816.249	164.590	138.579
Imobilizado	11	189.091	129.727	464.814	374.465
Imobilizado de uso		310.491	221.375	710.393	526.838
(-) Depreciações acumuladas		(121.400)	(91.648)	(245.579)	(152.373)
Intangível	12	92.005	44.337	104.339	54.087
Direitos de uso de software		130.003	63.874	171.294	97.951
(-) Amortizações acumuladas		(37.998)	(19.537)	(66.955)	(43.864)
Total do ativo		153.548.342	130.533.123	153.627.001	130.720.677

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante e não circulante		148.552.129	126.357.671	148.627.614	126.543.145
Passivos financeiros		130.107.439	111.544.507	129.003.442	110.785.673
Depósitos	13(a)	107.317.190	95.537.791	106.213.193	94.778.958
Obrigações por operações compromissadas	14	10.955.563	8.162.678	10.955.563	8.162.678
Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares	15	1.183.326	1.027.575	1.183.326	1.027.575
Obrigações por empréstimos e repasses	16(a)	10.651.304	6.815.824	10.651.304	6.815.824
Instrumentos financeiros derivativos	17	56	639	56	639
Provisões		23.079	19.935	29.555	21.220
Provisões para contingências	18(a)	22.094	19.556	28.570	20.841
Provisões para garantias prestadas	18(b)	985	379	985	379
Outros passivos		18.400.916	14.793.229	19.572.123	15.734.974
Transações de pagamentos	21(b1)	15.979.821	13.729.825	16.239.569	13.970.745
Obrigações sociais e estatutárias e pagamentos a liquidar	21(b2)	24.419	23.937	31.127	29.713
Obrigações fiscais e previdenciárias	21(b3)	402.190	244.102	558.391	361.580
Carteira de câmbio	21(b4)	97.188	170	97.188	170
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	21(b5)	603.783	-	603.783	-
Outros	21(b6)	1.293.515	795.195	2.042.065	1.372.766
Obrigações fiscais diferidas		20.695	-	22.494	1.278
Outras obrigações fiscais diferidas	9(b)	20.695	-	22.494	1.278
Total do passivo		148.552.129	126.357.671	148.627.614	126.543.145
Patrimônio Líquido		4.996.213	4.175.452	4.999.387	4.177.532
Capital social	19(a)	4.143.571	3.410.000	4.143.571	3.410.000
Reservas de capital		1.732	1.732	1.732	1.732
Reserva de lucros		827.105	768.833	827.105	768.833
Outros resultados abrangentes		24.094	(5.113)	24.094	(5.113)
Ações em tesouraria		(289)	-	(289)	-
Participação de acionistas não controladores		-	-	3.174	2.080
Total do passivo e do patrimônio líquido		153.548.342	130.533.123	153.627.001	130.720.677

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Banco				Consolidado			
		Exercícios		2º Semestre		Exercícios		2º Semestre	
	Nota	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receitas da intermediação financeira		12.943.595	12.048.291	6.783.185	6.543.080	12.949.777	12.057.037	6.785.323	6.548.128
Resultado com operações de crédito	8(h)	4.994.386	4.639.397	2.574.735	2.421.408	4.994.386	4.639.396	2.574.735	2.421.408
Resultado com títulos e valores mobiliários	7(c)	7.688.195	7.217.690	4.050.989	4.023.866	7.694.377	7.226.436	4.053.127	4.028.914
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7(c)	(45.515)	3.249	(18.395)	2.483	(45.515)	3.249	(18.395)	2.483
Resultado de operações de câmbio	21(c)	114.155	4.414	70.327	2.725	114.155	4.414	70.326	2.725
Resultado das aplicações compulsórias	21(d)	192.374	183.541	105.529	92.598	192.374	183.542	105.530	92.598
Despesas da intermediação financeira		(11.657.840)	(11.219.868)	(6.107.005)	(6.039.814)	(11.563.986)	(11.128.594)	(6.055.789)	(5.992.794)
Operações de captação no mercado	13(b)	(10.900.798)	(10.826.764)	(5.680.018)	(5.827.304)	(10.806.944)	(10.737.387)	(5.628.801)	(5.782.181)
Operações de empréstimos e repasses	16(b)	(546.011)	(312.203)	(311.021)	(173.969)	(546.011)	(312.204)	(311.021)	(173.969)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8(g)	(211.031)	(80.901)	(115.966)	(38.541)	(211.031)	(79.003)	(115.967)	(36.644)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.285.755	828.423	676.180	503.266	1.385.791	928.443	729.535	555.334
Receitas Operacionais		1.435.963	1.648.303	761.467	720.160	2.368.867	2.399.900	1.252.344	1.205.272
Receitas de prestação de serviços	21(e)	545.444	861.998	288.533	271.236	1.626.066	1.698.365	862.176	816.146
Rendas de tarifas bancárias	21(e)	129	89	70	51	129	89	70	51
Resultado de participações em controladas e coligadas	10	359.143	277.468	196.653	157.567	133.923	119.896	73.632	58.284
Outras receitas operacionais	21(f)	531.247	508.748	276.211	291.306	608.749	581.550	316.466	330.791
Despesas Operacionais		(1.893.101)	(1.671.686)	(1.058.967)	(745.509)	(2.778.220)	(2.425.295)	(1.521.305)	(1.222.128)
Despesas de pessoal	21(g)	(237.756)	(232.238)	(119.387)	(121.260)	(368.424)	(349.151)	(185.180)	(183.222)
Despesas administrativas	21(h)	(695.176)	(489.901)	(410.733)	(241.922)	(1.237.282)	(995.869)	(691.106)	(566.047)
Despesas tributárias	21(i)	(147.254)	(137.473)	(79.278)	(60.295)	(295.483)	(256.733)	(158.583)	(132.683)
Outras despesas operacionais	21(j)	(812.915)	(812.074)	(449.569)	(322.032)	(877.031)	(823.542)	(486.436)	(340.176)
Resultado operacional		828.617	805.040	378.680	477.917	976.438	903.048	460.574	538.478
Resultado não operacional		6.078	(363)	(2.149)	(435)	5.939	(431)	(2.289)	(503)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro		834.695	804.677	376.531	477.482	982.377	902.617	458.285	537.975
Imposto de renda e contribuição social		(220.513)	(238.790)	(82.065)	(142.766)	(360.306)	(331.097)	(160.206)	(199.816)
Provisão para imposto de renda	9(f)	(205.339)	(119.173)	(92.808)	(67.122)	(295.038)	(188.132)	(144.254)	(102.784)
Provisão para contribuição social	9(f)	(174.421)	(101.764)	(83.023)	(59.036)	(222.128)	(134.837)	(111.612)	(77.494)
Ativo fiscal diferido	9(c)	159.247	(17.853)	93.766	(16.608)	156.860	(8.128)	95.660	(19.538)
Participações estatutárias no lucro		(22.339)	(22.061)	(11.121)	(13.943)	(29.136)	(27.211)	(14.071)	(17.056)
Lucro líquido do semestre/exercício		591.843	543.826	283.345	320.773	592.935	544.309	284.008	321.103
Quantidade de ações		1.989.881.956	1.690.647.751	1.989.881.956	1.690.647.751	1.989.881.956	1.690.647.751	1.989.881.956	1.690.647.751
Lucro líquido por ação em R\$		142,39	189,73	142,39	189,73	142,73	240,68	142,73	189,93
Lucro atribuível à controladora						591.843	543.826	283.345	320.773
Lucro atribuível aos acionistas não controladores						1.092	481	663	330

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Banco				Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercício	591.843	543.826	283.345	320.773	592.935	544.309	284.008	321.103
Outros resultados abrangentes								
Itens que serão reclassificados para o resultado	29.207	(6.286)	6.407	(2.264)	29.207	(6.286)	6.407	(2.264)
Ajustes de títulos e valores mobiliários	6.825	(11.648)	1.464	(4.315)	6.825	(11.648)	1.464	(4.315)
Ajuste de marcação a mercado – coligadas e controladas	160	120	258	109	160	120	258	109
Hedge de fluxo de caixa	45.988	-	9.716	-	45.988	-	9.716	-
Efeitos tributários	(23.766)	5.242	(5.031)	1.942	(23.766)	5.242	(5.031)	1.942
Outros resultados abrangentes do semestre/exercício líquido de impostos	621.050	537.540	289.752	318.509	622.142	538.023	290.415	318.839
Resultado abrangente total do semestre/exercício	621.050	537.540	289.752	318.509	622.142	538.023	290.415	318.839
Resultado abrangente atribuível ao controlador	621.050	537.540	289.752	318.509	621.050	537.542	289.752	318.509
Resultado abrangente atribuível à participação dos não controladores					1.092	481	663	330

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste a valor de mercado	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Atribuível à Controladora	Atribuível aos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.570.094	-	-	858	654.914	(11.399)	-	-	3.214.467	1.596	3.216.063
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	484	484
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	6.286	-	-	6.286	-	6.286
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	6.286	-	-	6.286	484	6.770
Aumento de capital	19 (a)	839.906	-	(839.906)	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	19 (a)	-	-	839.906	-	-	-	-	-	839.906	-	839.906
Aquisições de Ações Próprias		-	-	-	874	-	-	-	-	874	-	874
Dividendos propostos de exercícios anteriores	19 (e)	-	-	-	-	(429.907)	-	-	-	(429.907)	-	(429.907)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	543.826	-	543.826	-	543.826
Destinações propostas:												
Reserva legal		-	-	-	-	27.191	-	(27.191)	-	-	-	-
Reserva de lucros	19 (c)	-	-	-	-	490.803	-	(490.803)	-	-	-	-
Dividendos propostos	19 (e)	-	-	-	-	25.832	-	(25.832)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.410.000	-	-	1.732	768.833	(5.113)	-	-	4.175.452	2.080	4.177.532
Mutações do exercício		839.906	-	-	874	113.919	-	-	-	954.699	-	954.699
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.410.000	-	-	1.732	768.833	(5.113)	-	-	4.175.452	2.080	4.177.532
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094	1.094
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários		-	-	-	-	-	29.207	-	-	29.207	-	29.207
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	29.207	-	-	29.207	1.094	30.301
Aumento de capital	19 (a)	733.571	-	(533.571)	-	-	-	-	-	200.000	-	200.000
Integralização de capital		-	-	533.571	-	-	-	-	-	533.571	-	533.571
Aquisições/venda de ações próprias		-	-	-	-	-	-	-	(289)	(289)	-	(289)
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	(533.571)	-	-	-	(533.571)	-	(533.571)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

31 de dezembro de 2024 e 2023

Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	591.843	-	591.843	-	591.843
Destinações propostas:											
Reserva legal	-	-	-	-	29.592	-	(29.592)	-	-	-	-
Reserva de lucros	19 (c)	-	-	-	534.138	-	(534.138)	-	-	-	-
Dividendos propostos	19 (e)	-	-	-	28.113	-	(28.113)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.143.571	-	-	1.732	827.105	24.094	-	(289)	4.996.213	3.174	4.999.387
Mutações do exercício	733.571	-	-	-	58.272	-	-	(289)	791.554	-	791.554
Saldos em 30 de junho de 2024	3.943.571	-	-	1.732	543.760	17.687	-	-	4.506.750	2.510	4.509.260
Itens que serão reclassificados para o resultado, líquidos de efeitos tributários	-	-	-	-	-	6.407	-	-	6.407	664	7.071
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	-	6.407	-	-	6.407	664	7.071
Aumento de capital	200.000	-	-	-	-	-	-	-	200.000	-	200.000
Aquisição/venda de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	(289)	(289)	-	(289)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	283.345	-	283.345	-	283.345
Destinações propostas:											
Reserva legal	-	-	-	-	14.167	-	(14.167)	-	-	-	-
Reserva de lucros	19 (c)	-	-	-	255.719	-	(255.719)	-	-	-	-
Dividendos propostos	19 (e)	-	-	-	13.459	-	(13.459)	-	-	-	-
Saldos em 31 dezembro de 2024	4.143.571	-	-	1.732	827.105	24.094	-	(289)	4.996.213	3.174	4.999.387
Mutações do semestre	200.000	-	-	-	283.345	-	-	(289)	483.056	-	483.056

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota	Banco				Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais								
Lucro líquido ajustado	744.099	647.144	325.944	379.562	1.192.053	941.378	572.752	562.431
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	834.695	804.677	376.531	477.482	982.377	902.617	458.284	537.976
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	211.031	80.901	115.966	38.541	216.055	79.004	120.990	36.644
Depreciações e amortizações	48.463	32.990	25.264	17.704	118.291	73.409	62.540	42.957
Resultado de participações em controladas	(359.143)	(277.468)	(196.653)	(157.567)	(133.923)	(119.896)	(73.632)	(58.284)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e provisão para garantias prestadas	9.052	6.044	4.835	3.403	9.252	6.244	4.571	3.139
Aumento (diminuição) das aplicações interfinanceiras de liquidez	1.566.776	(4.509.402)	2.975.342	(3.637.507)	1.566.776	(4.509.402)	2.975.341	(3.637.507)
Diminuição (aumento) de títulos e valores mobiliários	(6.261.143)	(4.209.930)	(3.257.362)	(3.053.598)	(6.210.289)	(4.256.427)	(3.212.101)	(3.074.445)
Aumento das relações interfinanceiras e interdependências	(1.180.663)	(2.750.744)	(1.846.994)	(1.293.873)	(1.184.029)	(2.772.450)	(1.859.021)	(1.321.459)
Aumento das operações de crédito	(5.407.882)	(2.398.566)	(3.398.424)	(1.817.054)	(5.407.882)	(2.398.566)	(3.398.425)	(1.817.054)
Aumento de outros créditos	(1.859.205)	(2.362.953)	(2.002.022)	(1.448.857)	(1.930.567)	(2.385.686)	(2.201.811)	(1.560.677)
Diminuição de outros valores e bens	(12.277)	6.843	(13.376)	(548)	(152.815)	(27.921)	(74.428)	26.492
Aumento de depósitos	11.779.400	19.051.422	1.619.699	5.743.702	11.448.430	18.948.525	1.390.336	5.671.364
Aumento das obrigações por operações compromissadas	2.792.885	3.445.960	3.063.739	4.674.543	2.792.885	3.445.960	3.063.739	4.674.543
Diminuição dos recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures	155.752	797.235	301.958	241.629	155.752	797.235	301.959	241.629
Aumento das obrigações por empréstimos e repasses	3.835.480	1.665.812	2.574.311	1.419.985	3.835.480	1.665.812	2.574.312	1.419.985
Diminuição de outras obrigações	1.622.168	(109.586)	144.406	(443.663)	1.698.746	(75.872)	253.749	(398.916)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(158.528)	(131.576)	(158.528)	(131.576)	(161.885)	(134.933)	(81.656)	(56.150)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	7.616.317	9.141.659	328.692	632.746	7.642.654	9.237.653	304.747	730.237
Fluxos de caixa das atividades de investimentos								
Investimentos em participação societária	(9.467)	(140.139)	(786)	(109)	(9.467)	(139)	(9.467)	(139)
Recebimento de dividendos de coligadas	31.202	124.772	-	69.459	108.072	119.112	84.999	69.112
Alienação de investimentos	-	-	-	-	-	347	-	347
Alienação de imobilizado de uso	-	241	-	211	1.213	311	1.115	51
Alienação de intangível	487	2	487	2	487	217	487	2
Aquisição de investimentos	-	-	-	-	-	-	8.780	260
Aquisição de imobilizado	(89.366)	(60.576)	(69.089)	(5.880)	(186.759)	(289.029)	(130.047)	(103.523)
Aquisição de intangível	(66.616)	(47.249)	(22.736)	(8.491)	(73.831)	(49.964)	(24.267)	(9.272)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimentos	(133.760)	(122.949)	(92.124)	55.192	(160.285)	(219.145)	(68.400)	(43.162)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos								
Aumento de capital social	733.571	839.906	200.000	410.000	733.571	839.906	200.000	410.000
Aquisição/venda de ações de própria emissão	(289)	874	(289)	10.000	(289)	874	(289)	10.874
Pagamento de dividendos	(533.275)	(429.589)	-	-	(533.275)	(429.589)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos	200.007	411.191	199.711	420.000	200.007	411.191	199.711	420.874
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4	7.682.564	9.429.901	436.279	7.682.376	9.429.699	436.058	1.107.949
Modificação na posição financeira								
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	4	7.682.564	9.429.901	436.279	7.682.376	9.429.699	436.058	1.107.949
No início do semestre/exercício	23.412.022	13.982.121	30.658.307	22.304.084	23.412.214	13.982.515	30.658.532	22.304.265
No final do semestre/exercício	31.094.586	23.412.022	31.094.586	23.412.022	31.094.590	23.412.214	31.094.590	23.412.214

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob (“Banco Sicoob”, “Instituição” ou “Banco”), companhia de capital fechado, localizado no endereço SIG quadra 06, lote 2080, Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), revogada pela Resolução 2.788, de 30 de novembro de 2000. Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil (“Banco Central” ou “BC”) em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (“Sicoob”).

O Banco Sicoob passou a compor o Segmento 2 (S2) na classificação do Banco Central para as instituições do Sistema Financeiro Nacional, que vai do S1 ao S5 (das maiores para as menores). Esta mudança ocorreu devido aos ativos totais do Banco Sicoob superarem o montante correspondente a 1% do PIB por três semestres consecutivos.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas (“demonstrações contábeis”) são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. O Banco Sicoob atende aos dispostos nas Resoluções CMN 4.910/2021 e BCB 367.

Novas normas emitidas com vigência futura

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela Resolução nº 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação desses normativos do Banco Sicoob.

A Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023 estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06(R2) Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Sicoob adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os saldos de suas controladas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Sicoob Administradora de Consórcios Ltda., Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. e Sicoob Participações em Seguridade S.A. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Banco Sicoob submeteu ao Conselho de Administração que aprovou essas demonstrações contábeis em 19 de fevereiro de 2025.

Nota 3 – Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes recursos são utilizados pelo Banco Sicoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 4).

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- i. Títulos para negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- ii. Títulos disponíveis para venda** - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.
- iii. Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata* dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos, em atendimento à Circular nº 3.082/02 do Banco Central, são avaliados pelo valor de mercado no mínimo por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas diretamente em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros derivativos.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

h. Carteira de créditos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito e estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com a análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, quando aplicável, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99.

As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto, (vencidas e vincendas), de acordo com políticas internas que consideram o estabelecimento de *ratings* (classificação de risco) de crédito, bem como, considera a expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente, com base em experiência passada, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco da Administração na constituição de provisão.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

i. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

j. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso – 10%, veículos e processamento de dados – 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso exista evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

k. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem *softwares* adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

l. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

m. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata dia*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

n. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

o. Plano de Previdência

O plano de previdência instituído pelo Banco Sicoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

p. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, enquanto a provisão da contribuição social, à alíquota de 20%. Ambos os tributos foram constituídos, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

O ativo fiscal diferido de imposto de renda foi calculado com base nas mesmas alíquotas descritas acima.

Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e Passivos Contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas Judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

- **Obrigações Legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

r. Resultado por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços.

s. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

t. Pronunciamentos técnicos contábeis – CPCs

O Conselho Monetário Nacional aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. Os pronunciamentos aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico - Resolução CMN 4.924/2021;
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN 4.924/2021;
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa - Resolução CMN 4.818/2020;
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - Resolução CMN 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN 3.989/2011;
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN 4.924/2021;
- CPC 24 - Evento subsequente - Resolução CMN 4.818/2020;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN 3.823/2009;
- CPC 28 - Propriedade para investimento;
- CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados - Resolução CMN 4.877/2020;
- CPC 41 - Resultado por ação;
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN 4.924/2021; e
- CPC 47 - Receita de contrato com cliente.

Os demais Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC serão aplicados quando aprovada a adoção pelo Conselho Monetário Nacional. No entanto, os seguintes CPCs foram adotados parcialmente pelo CMN por meio da emissão das seguintes normas:

- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN 4.524/2016;
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - Resolução CMN 4.534/2016; e
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - Resolução CMN 4.535/2016.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Composição

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Caixa	Nota	Banco		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		73.836	44.649	73.840	44.840
Moeda nacional		400	345	400	345
Depósitos bancários		-	-	4	191
Moeda estrangeira		73.436	44.304	73.436	44.304
Equivalentes de caixa					
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	5	31.020.750	23.367.373	31.020.750	23.367.373
Total		31.094.586	23.412.022	31.094.590	23.412.213

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez

Banco e Consolidado							
Vencimento						Total	Total
	Nota	Até 1 mês	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações em operações compromissadas	4	31.020.750	-	-	-	31.020.750	23.367.373
Revendas a liquidar – posição bancada		31.020.750	-	-	-	31.020.750	23.367.373
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	273.731	3.841.382	136.047	4.251.160	5.817.936
Total		31.020.750	273.731	3.841.382	136.047	35.271.910	29.185.309
Circulante						35.135.863	29.038.361
Não Circulante						136.047	146.948

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

Rendas de aplicações em operações compromissadas	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023
Posição bancada	3.146.681	2.820.030	1.743.541	1.683.207
Subtotal	3.146.681	2.820.030	1.743.541	1.683.207
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	550.760	422.770	209.547	311.366
Rendas de aplicações voluntárias no Banco Central	16.814	1.774	12.360	1.774
Total	3.714.255	3.244.574	1.965.448	1.996.347

Nota 6 – Depósitos compulsórios no Banco Central

	Nota	Banco e Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Bacen – Pagamentos instantâneos		622.972	93.309
Bacen – Reservas compulsórias em espécie		217	40
Bacen – Recolhimentos obrigatórios		3.060.263	2.497.557
Bacen – Outros (a)		640.000	33.999
Total		4.323.452	2.624.905
Circulante		4.323.452	2.624.905
Não Circulante		-	-

(a) Refere-se à Depósitos Voluntários junto ao Bacen, conforme Resolução BCB nº 129 e Comunicado BCB nº 38.282, que permite às Instituições financeiras a depositarem recursos voluntariamente ao próprio Banco Central.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 7 – Instrumentos financeiros

a. Títulos e valores mobiliários

Estão classificados como “Títulos para negociação”, “Disponíveis para venda” e “Títulos Mantidos até o vencimento”. A apuração do valor de mercado foi realizada considerando-se os seguintes parâmetros:

- i. Títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNs)** - É usada a taxa indicativa publicada pela ANBIMA.
- ii. Fundos de investimento** - Utiliza-se o valor da última cota informada pelo administrador do fundo, que representa o valor justo do patrimônio do fundo.
- iii. Títulos privados** - Os títulos privados são marcados a mercado, periodicamente, por metodologia própria que considera em primeiro lugar, os preços disponíveis em mercados líquidos. Alternativamente, calculam-se os valores justos por meio de método que considera os *spreads* médios (para títulos privados semelhantes) praticados na própria carteira, de acordo com o porte do emitente.

Os títulos e valores mobiliários, incluindo os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações interfinanceiras de liquidez, são custodiados na [B]³ Brasil, Bolsa, Balcão e na SELIC, exceto cotas de fundos de investimento cujos registros são mantidos pelos respectivos administradores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

		Vencimento					Total 31/12/2024			Total 31/12/2023			
Banco	Nota	Sem Vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda		47.300	-	1.609.899	-	4.844.411	6.372.382	12.874.859	12.873.992	(867)	11.990.568	11.982.875	(7.693)
Carteira própria													
LFT		-	-	453.702	-	1.521.668	2.724.816	4.700.584	4.700.186	(398)	7.044.932	7.039.806	(5.126)
Fundos		47.300	-	-	-	-	-	47.300	47.300	-	51.654	51.654	-
Total		47.300	-	453.702	-	1521.668	2.724.816	4.747.884	4.747.486	(398)	7.096.586	7.091.460	(5.126)
Carteira vinculada à recompra													
LFT		-	-	-	-	3.181.489	754.540	3.936.175	3.936.029	(146)	1.039.969	1.039.515	(454)
Total		-	-	-	-	3.181.489	754.540	3.936.175	3.936.029	(146)	1.039.969	1.039.515	(454)
Carteira vinculada a garantias													
LFT		-	-	1.156.197	-	141.254	2.893.026	4.190.800	4.190.800	(323)	3.854.013	3.851.900	(2.113)
Total		-	-	1.156.197	-	141.254	2.893.026	4.190.800	4.190.800	(323)	3.854.013	3.851.900	(2.113)
II – Títulos para negociação		1.331	-	-	-	-	-	1.331	1.331	-	161	161	-
Instrumentos financeiros derivativos													
Futuro		1.331	-	-	-	-	-	1.331	1.331	-	161	161	-
Total		1.331	-	-	-	-	-	1.331	1.331	-	161	161	-
III – Títulos mantidos até o vencimento		-	14.660	7.343	10.560	48.829	27.534.869	27.616.261	27.616.261	-	22.217.655	22.217.655	-
Carteira própria													
LFT		-	-	-	-	-	15.781.018	15.781.018	15.781.018	-	9.714.652	9.714.652	-
CPRF		-	14.677	7.492	11.020	49.790	1.008.578	1.091.557	1.091.557	-	1.606.672	1.606.672	-
(-) Provisão – CPRF		-	(17)	(149)	(460)	(961)	(10.773)	(12.360)	(12.360)	-	(3.786)	(3.786)	-
Total		-	14.660	7.343	10.560	48.829	16.778.823	16.860.215	16.860.215	-	11.317.538	11.317.538	-
Carteira vinculada à recompra													
LFT		-	-	-	-	-	7.025.477	7.025.477	7.025.477	-	7.148.567	7.148.567	-
Total		-	-	-	-	-	7.025.477	7.025.477	7.025.477	-	7.148.567	7.148.567	-
Carteira vinculada à garantia													
LFT		-	-	-	-	-	3.730.569	3.730.569	3.730.569	-	3.751.550	3.751.550	-
Total		-	-	-	-	-	3.730.569	3.730.569	3.730.569	-	3.751.550	3.751.550	-
Total - TVM		48.631	14.660	1.617.242	10.560	4.893.240	33.907.251	40.492.451	40.491.584	(867)	34.208.384	34.200.691	(7.693)
Circulante									6.584.333			2.710.163	
Não Circulante									33.907.251			31.490.528	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estavam distribuídos da seguinte forma:

		Vencimento						Total 31/12/2024			Total 31/12/2023		
Consolidado	Nota	Sem Vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado	Valor de curva	Valor de mercado	Ganho (perda) não realizado
I – Títulos disponíveis para venda		82.792	-	1.610.073	267	4.844.411	6.381.723	12.920.133	12.919.266	(867)	12.087.240	12.079.547	(7.693)
Carteira própria													
LFT		-	-	453.702	-	1.521.668	2.724.816	4.700.584	4.700.186	(398)	7.061.648	7.056.522	(5.126)
CDB		-	-	174	-	-	514	688	688	-	582	582	-
Fundos		82.792	-	-	-	-	-	82.792	82.792	-	131.028	131.028	-
Total		82.792	-	453.876	-	1.521.668	2.725.330	4.784.064	4.783.666	(398)	7.193.258	7.188.132	(5.126)
Carteira vinculada à recompra		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT		-	-	-	-	3.181.489	754.540	3.936.175	3.936.029	(146)	1.039.969	1.039.515	(454)
Total		-	-	-	-	3.181.489	754.540	3.936.175	3.936.029	(146)	1.039.969	1.039.515	(454)
Carteira vinculada a garantias		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LFT		-	-	1.156.197	-	141.254	2.901.853	4.199.627	4.199.304	(323)	3.854.013	3.851.900	(2.113)
CDB		-	-	-	267	-	-	267	267	-	-	-	-
Total		-	-	1.156.197	267	141.254	2.901.853	4.199.894	4.199.571	(323)	3.854.013	3.851.900	(2.113)
II – Títulos para negociação		1.331	-	-	-	-	-	1.331	1.331	-	161	161	-
Instrumentos financeiros derivativos													
Futuro		1.331	-	-	-	-	-	1.331	1.331	-	161	161	-
Total		1.331	-	-	-	-	-	1.331	1.331	-	161	161	-
III – Títulos mantidos até o vencimento		-	14.660	7.343	10.560	48.829	27.534.869	27.616.261	27.616.261	-	22.217.655	22.217.655	-
Carteira própria													
LFT		-	-	-	-	-	15.781.018	15.781.018	15.781.018	-	9.714.652	9.714.652	-
CPRF		-	14.677	7.492	11.020	49.790	1.008.578	1.091.557	1.091.557	-	1.606.672	1.606.672	-
(-) Provisão – CPRF		-	(17)	(149)	(460)	(961)	(10.773)	(12.360)	(12.360)	-	(3.786)	(3.786)	-
Total		-	14.660	7.343	10.560	48.829	16.778.823	16.860.215	16.860.215	-	11.317.538	11.317.538	-
Carteira vinculada à recompra													
LFT		-	-	-	-	-	7.025.477	7.025.477	7.025.477	-	7.148.567	7.148.567	-
Total		-	-	-	-	-	7.025.477	7.025.477	7.025.477	-	7.148.567	7.148.567	-
Carteira vinculada à garantia													
LFT		-	-	-	-	-	3.730.569	3.730.569	3.730.569	-	3.751.550	3.751.550	-
Total		-	-	-	-	-	3.730.569	3.730.569	3.730.569	-	3.751.550	3.751.550	-
Total - TVM		84.123	14.660	1.617.416	10.827	4.893.240	33.916.592	40.537.725	40.536.858	(867)	34.305.056	34.297.363	(7.693)
Circulante									6.620.266			2.806.835	
Não Circulante									33.916.592			31.490.528	

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Composição de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nota	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	11.439.981	11.982.875	11.485.255	12.079.547
Valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento	29.050.272	22.217.655	29.050.272	22.217.655
Valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	1.331	161	1.331	161
Total	40.491.584	34.200.691	40.536.858	34.297.363

No segundo semestre/exercício de 2024 não ocorreram reclassificações de títulos entre as categorias. Em 31 de dezembro de 2024, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor consolidado de R\$ 7.930.140 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 7.603.450), sendo principalmente:

- (a) R\$ 3.396.552 (31/12/2023 – R\$ 3.580.213) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- (b) R\$ 4.182.697 (31/12/2023 – R\$ 3.771.633) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

c. Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nota	Banco		Consolidado	
	Exercícios	2º Semestre	Exercícios	
	2024	2023	2024	2023
Rendas com títulos de renda fixa	3.980.793	3.970.943	2.090.785	2.028.632
Rendas de aplicações de fundos de investimentos	7.707	10.469	4.862	4.947
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	5(b) 3.714.255	3.244.574	1.965.448	1.996.347
Resultado de operações com derivativos	(45.515)	3.249	(18.395)	2.483
Despesas com títulos e valores mobiliários e derivativos	(5.986)	(4.511)	(3.905)	(2.608)
Despesas com desvalorização de títulos livres	(8.574)	(3.785)	(6.201)	(3.452)
Total	7.642.680	7.220.939	4.032.594	4.026.349

Nota 8 – Repasses interfinanceiros, operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

a. Composição da carteira de repasses interfinanceiros, operações de crédito e valores a receber relativo a transações de pagamento.

Nota	Banco e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Repasses interfinanceiros	32.755.443	32.773.427
Empréstimos e títulos descontados	6.804.590	5.212.508
Financiamentos	3.690.878	2.074.024
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.235.083	5.191.878
Financiamentos Imobiliários	909.307	841.158
Valores a receber relativos a transações de pagamento	21(a1) 13.992.755	12.462.122
Subtotal	65.388.056	58.555.117
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – repasses interfinanceiros	8(g1) (31.296)	(20.160)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	8(g1) (331.568)	(254.277)
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – valores a receber relativos a transações de pagamento	21(a5) (185.918)	(139.768)
Total	64.839.274	58.140.912
Circulante	38.287.833	36.086.492
Não Circulante	26.551.441	22.054.420

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a1. Composição da carteira de adiantamentos sobre contrato de câmbio.

	Nota	Banco e Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023
Exportação – letras a entregar	21 (b4)	377.649	122.782
Exportação – letras entregues	21 (b4)	6.105	734
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	21 (a2)	12.170	2.314
Subtotal		395.924	125.829
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(5.822)	(782)
Total		390.102	125.047
Circulante		390.102	125.047
Não Circulante		-	-

b. Composição da carteira por modalidade e níveis de risco de repasses interfinanceiros, operações de crédito e valores a receber relativo a transações de pagamento.

	Banco e Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Repasses interfinanceiros	28.473.462	3.019.149	1.084.427	178.354	51	-	-	-	-	32.755.443	32.773.427
Empréstimos e títulos descontados	1.285.324	3.838.472	861.248	494.122	207.531	50.578	22.790	14.512	30.013	6.804.590	5.212.508
Financiamentos	217.051	1.458.235	1.291.027	503.319	106.956	52.838	25.128	17.973	18.351	3.690.878	2.074.024
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.404.746	4.788.210	707.683	186.594	91.185	51.437	2.271	451	2.506	7.235.083	5.191.878
Financiamentos imobiliários	110.149	532.680	84.636	69.235	71.375	29.764	3.893	652	6.923	909.307	841.158
Total	31.490.732	13.636.746	4.029.021	1.431.624	477.098	184.617	54.082	33.588	57.793	51.395.301	46.092.995
Valores a receber relativos a transações de pagamento 21 (a1)	140.510	9.842.785	2.321.081	1.175.104	425.549	60.024	16.174	6.457	5.071	13.992.755	12.462.122
Total Geral	31.631.242	23.479.531	6.350.102	2.606.728	902.647	244.641	70.256	40.045	62.864	65.388.056	58.555.117
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	117.398	63.501	78.202	90.265	73.393	35.128	28.031	62.864	548.782	414.205
Total líquido de provisões em 31/12/2024	31.631.242	23.362.133	6.286.601	2.528.526	812.382	171.248	35.128	12.014	-	64.839.274	-
Total líquido de provisões em 31/12/2023	30.680.428	20.304.427	4.282.576	2.166.837	575.722	88.346	32.591	9.903	82	-	58.140.912

b1. Composição da carteira por modalidade e níveis de risco de adiantamentos sobre contrato de câmbio.

	Banco e Consolidado									31/12/2024	31/12/2023
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H		
Adiantamentos sobre contrato de câmbio	12.616	196.995	157.774	19.639	-	8.900	-	-	-	395.924	125.829
Total	12.616	196.995	157.774	19.639	-	8.900	-	-	-	395.924	125.829
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	985	1.578	589	-	2.670	-	-	-	5.822	782
Total líquido de provisões em 31/12/2024	12.616	196.010	156.196	19.050	-	6.230	-	-	-	390.102	125.047

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Composição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por modalidade de repasses interfinanceiros, operações de crédito e valores a receber relativo a transações de pagamento.

Banco e Consolidado										
	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Repasses interfinanceiros	15.096	10.844	5.351	5	-	-	-	-	31.296	20.160
Empréstimos e títulos descontados	19.193	8.612	14.824	20.753	15.174	11.395	10.158	30.013	130.122	104.413
Financiamentos	7.291	12.910	15.100	10.696	15.851	12.565	12.581	18.351	105.345	63.148
Financiamentos rurais e agroindustriais	23.941	7.078	5.598	9.118	15.431	1.135	316	2.506	65.123	37.290
Financiamentos imobiliários	2.663	846	2.077	7.138	8.929	1.946	456	6.923	30.978	49.426
Total	68.184	40.290	42.950	47.710	55.385	27.041	23.511	57.793	362.864	274.437
Valores a receber relativos a transações de pagamento 21 (a1)	49.214	23.211	35.252	42.555	18.008	8.087	4.520	5.071	185.918	139.768
Total Geral	117.398	63.501	78.202	90.265	73.393	35.128	28.031	62.864	548.782	414.205

C1. Composição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de adiantamentos sobre contrato de câmbio.

Banco e Consolidado										
	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos sobre contrato de câmbio.	985	1.578	589	-	2.670	-	-	-	5.822	782
Total	985	1.578	589	-	2.670	-	-	-	5.822	782

d. Composição por faixas de vencimento e níveis de risco.

d1. Repasses interfinanceiros, operações de crédito, valores a receber relativo a transações de pagamento e adiantamento sobre contrato de câmbio em curso normal.

Banco e Consolidado											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2024	31/12/2023
01 a 30 dias	754.924	951.713	318.907	153.856	101.554	15.784	3.975	1.589	991	2.303.293	2.030.950
31 a 60 dias	861.569	755.013	196.561	93.842	28.814	5.150	1.397	483	504	1.943.333	1.747.851
61 a 90 dias	1.317.188	893.258	243.162	111.851	34.049	6.102	1.875	630	475	2.608.590	2.473.602
91 a 180 dias	5.355.921	3.320.481	888.904	364.240	108.577	19.837	5.364	2.405	1.515	10.067.244	9.784.425
181 a 360 dias	9.889.940	8.347.414	2.117.311	992.246	304.119	59.044	14.620	5.695	4.467	21.734.856	20.129.992
Acima de 360	13.464.266	9.359.105	2.632.019	786.029	188.495	88.615	9.915	5.161	3.940	26.537.545	22.036.290
Total	31.643.808	23.626.984	6.396.864	2.502.064	765.608	194.532	37.146	15.963	11.892	65.194.861	58.203.110

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d2. Repasses interfinanceiros, operações de crédito, valores a receber relativo a transações de pagamento e adiantamento sobre contrato de câmbio em curso anormal.

Banco e Consolidado										
Parcelas vencidas	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	
01 a 30 dias	50	32.805	66.290	33.191	20.717	5.354	2.172	1.028	1.286	31/12/2024
31 a 60 dias	-	-	240	39.611	10.474	4.241	1.312	833	1.108	31/12/2023
61 a 90 dias	-	-	-	289	41.366	4.135	1.620	952	1.161	
91 a 180 dias	-	-	-	85	651	972	1.328	1.279	3.200	
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	315	622	923	4.622	
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	1.217	
Total	50	32.805	66.530	73.176	73.208	15.017	7.054	5.015	12.594	
Parcelas vincendas										
01 a 30 dias	-	321	861	1.037	956	729	588	401	916	
31 a 60 dias	-	246	686	882	888	696	551	383	930	
61 a 90 dias	-	256	709	911	908	703	561	412	996	
91 a 180 dias	-	737	2.053	2.601	2.672	2.033	1.618	1.136	2.729	
181 a 360 dias	-	1.491	4.195	5.409	5.450	4.208	3.534	2.551	5.295	
Acima de 360	-	13.686	35.978	40.287	52.957	35.623	19.204	14.184	27.512	
Total	-	16.737	44.482	51.127	63.831	43.992	26.056	19.067	38.378	
Total	50	49.542	111.012	124.303	137.039	59.009	33.110	24.082	50.972	

e. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento.

Banco e Consolidado									
Vencidas	A vencer						Total	Total	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2024	31/12/2023	
Rural	-	198.328	982.472	2.225.304	1.867.252	1.961.727	-	7.235.083	5.191.879
Intermediários financeiros	-	3.227.414	16.418.730	8.238.651	2.751.866	2.118.782	-	32.755.443	32.773.427
Pessoas físicas	129.595	2.019.024	8.746.406	1.905.982	958.254	445.202	14	14.204.477	12.840.303
Outros serviços	78.037	1.366.182	5.347.774	2.415.902	829.551	238.022	8.278	10.283.746	6.908.350
Habitação	2.159	27.284	76.576	174.568	140.566	370.568	117.586	909.307	841.158
Total	209.791	6.838.232	31.571.958	14.960.407	6.547.489	5.134.301	125.878	65.388.056	58.555.117

f. Concentração dos repasses interfinanceiros, operações de crédito, valores a receber relativo a transações de pagamento e adiantamento sobre contrato de câmbio.

f1. Concentração dos repasses interfinanceiros

Banco e Consolidado				
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	9.458.356	28,87	9.584.335	29,24
50 maiores seguintes	14.713.145	44,92	14.703.595	44,87
100 devedores seguintes	7.742.677	23,64	7.710.653	23,53
Demais	841.265	2,57	774.844	2,36
Total	32.755.443	100,00	32.773.427	100,00

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

f2. Concentração das operações de crédito

	Banco e Consolidado			
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	1.773.154	9,52	644.758	4,84
50 maiores seguintes	1.044.362	5,60	508.348	3,82
100 devedores seguintes	690.465	3,70	467.610	3,51
Demais	15.131.877	81,18	11.698.852	87,83
Total	18.639.858	100,00	13.319.568	100,00

f3. Concentração das operações – valores a receber relativo a transações de pagamento.

	Banco e Consolidado			
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	21.689	0,16	19.642	0,16
50 maiores seguintes	39.867	0,28	35.539	0,29
100 devedores seguintes	47.303	0,34	44.071	0,35
Demais	13.883.896	99,22	12.362.870	99,20
Total	13.992.755	100,00	12.462.122	100,00

f4. Concentração das operações – adiantamento sobre contrato de câmbio

	Banco e Consolidado			
	31/12/2024	%	31/12/2023	%
10 maiores devedores	216.825	54,76	38.748	30,79
50 maiores seguintes	169.723	42,87	87.081	69,31
100 devedores seguintes	9.376	2,37	-	-
Total	395.924	100,00	125.829	100,00

g. Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

g1. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - repasses interfinanceiros e operações de crédito.

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do período/exercício	274.437	224.811	321.245	254.914
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – repasses interfinanceiros	11.136	(9.536)	7.843	(3.494)
Constituição/(reversão) perdas esperadas associadas ao risco de crédito – operações de crédito	148.061	86.388	75.746	39.616
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(70.770)	(27.226)	(41.970)	(16.599)
Saldo no final do período/exercício	362.864	274.437	362.864	274.437

Os créditos renegociados totalizam R\$ 1,9 bilhão no ano de 2024 (31/12/2023 - R\$ 609,69 milhões) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que o valor de R\$ 1,09 bilhão se refere às renegociações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CMN nº 5.123/2024, nº 5.132/2024, nº 5.162/2024, nº

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.164/2024, nº 5.173/2024, nº 5.186/2024, nº 4.883/2020 e nº 4.889/2020, pelo Decreto nº 12.138/2024 e Circular-BNDES SUP/ADIG nº 24/2024, nº 25/2024 e nº 87/2024, e R\$ 824,65 milhões corresponde às operações de consignado.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2024 totalizou R\$16.438 (31/12/2023 - R\$ 15.323).

g2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – valores a receber relativo a transações de pagamento.

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do período/exercício	139.768	134.651	157.818	138.726
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito – transações de pagamentos	46.150	5.117	28.100	1.042
Saldo no final do período/exercício	185.918	139.768	185.918	139.768

g3. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – adiantamento sobre contrato de câmbio

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do período/exercício	782	-	2.529	28
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito – adiantamento sobre contrato de câmbio	5.040	782	3.293	754
Saldo no final do período/exercício	5.822	782	5.822	782

g4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos sem característica de concessão de crédito

	Banco e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período/exercício	871	2.930
Constituição/(reversão) de perdas esperadas associadas ao risco de crédito – outros créditos sem características de concessão de crédito (a)	38	(2.059)
Saldo no final do período/exercício	909	871

(a) A reversão de R\$ 2.059 em 2023, trata-se de provisionamento sobre os valores não repassados por Órgãos Públicos Consignantes.

h. Receitas de repasses interfinanceiros e operações de crédito

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Rendas de repasses interfinanceiros	3.193.322	3.248.483	1.603.279	1.689.855	3.193.322	3.248.483
Empréstimos e títulos descontados	860.593	762.064	447.592	389.750	860.593	762.063
Financiamentos	414.483	235.894	236.120	128.617	414.483	235.894
Financiamentos rurais e agroindustriais	433.698	294.698	236.512	160.517	433.698	294.698
Rendas de financiamentos habitacionais	75.852	82.935	39.505	40.110	75.852	82.935
Subtotal	4.977.948	4.624.074	2.563.008	2.408.849	4.977.948	4.624.073
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	16.438	15.323	11.727	12.559	16.438	15.323
Saldo no final do período/exercício	4.994.386	4.639.397	2.574.735	2.421.408	4.994.386	4.639.396

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 9 – Imposto de renda, contribuição social sobre lucro líquido, créditos tributários e passivos fiscais diferidos

a. Composição dos créditos tributários

Composição	31/12/2024				31/12/2023			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	580.521	580.521	580.521	580.521	428.847	428.847	428.847	428.847
Passivos contingentes	22.094	22.094	24.177	24.177	19.543	19.543	20.277	20.277
Ajuste a valor de mercado (TVM)	867	867	867	867	7.692	7.692	7.692	7.692
Participação nos resultados	22.891	22.891	24.334	24.334	22.409	22.409	23.686	23.686
Provisões campanha nacional de vendas	11.767	11.767	18.981	18.981	5.649	5.649	8.389	8.389
Programa de incentivo - crédito	160.137	160.137	160.137	160.137	9.618	9.618	9.618	9.618
Taxas de adm. recebidas antecipadamente	-	-	-	-	-	-	10.452	10.452
Provisão com fraudes	28.922	28.922	49.167	49.167	60.056	60.056	83.338	83.338
Outras provisões	104.314	104.314	121.465	121.465	30.640	30.640	45.821	45.821
Montante	931.513	931.513	979.649	979.649	584.454	584.454	638.120	638.120
Alíquotas	25%	20%	25%	*	25%	20%	25%	*
Crédito tributário constituído	232.878	186.303	244.912	190.683	146.114	116.891	159.530	121.755

* crédito tributário constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9% a depender da natureza jurídica das empresas.

b. Composição dos passivos fiscais diferidos

Composição	31/12/2024				31/12/2023			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Ajuste a valor de mercado (TVM)	(45.989)	(45.989)	(45.989)	(45.989)	-	-	-	-
Taxa de administração – inadimplentes	-	-	(5.294)	(5.294)	-	-	(3.758)	(3.758)
Montante	(45.989)	(45.989)	(51.283)	(51.283)	-	-	(3.758)	(3.758)
Alíquotas	25%	20%	25%	*	25%	20%	25%	*
Passivo diferido tributário constituído	(11.497)	(9.198)	(12.821)	(9.673)	-	-	(940)	(338)

* passivo diferido tributário constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9%, a depender da natureza jurídica das empresas.

c. Movimentação

Composição	31/12/2024				31/12/2023			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	146.114	116.891	159.530	121.755	158.944	127.156	182.997	135.848
Imposto diferido (passivo)	-	-	(940)	(338)	-	-	(18.727)	(6.741)
Subtotal	146.114	116.891	158.590	121.417	158.944	127.156	164.270	129.107
Ajuste em resultado	88.470	70.777	86.705	70.155	(9.918)	(7.935)	(2.768)	(5.360)
Créditos tributários constituídos	88.906	71.126	94.259	73.078	12.966	10.373	21.563	13.487
Créditos tributários baixados	(436)	(349)	(7.171)	(2.785)	(22.884)	(18.308)	(42.118)	(25.250)
Movimentação imposto diferido	-	-	(383)	(138)	-	-	17.787	6.403
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	(13.203)	(10.563)	(13.204)	(10.562)	(2.912)	(2.330)	(2.912)	(2.330)
Créditos tributários constituídos	217	173	217	173	20.628	16.502	20.628	16.502
Créditos tributários baixados	(1.923)	(1.538)	(1.923)	(1.538)	(23.540)	(18.832)	(23.540)	(18.832)
Movimentação do imposto diferido	(11.497)	(9.198)	(11.498)	(9.197)	-	-	-	-
Movimentação	75.267	60.214	73.501	59.593	(12.830)	(10.265)	(5.680)	(7.690)
Saldo em 31 de dezembro								
Crédito tributário (ativo)	232.878	186.303	244.912	190.683	146.114	116.891	159.530	121.755
Imposto diferido (passivo)	(11.497)	(9.198)	(12.821)	(9.673)	-	-	(940)	(338)
	221.381	177.105	232.091	181.010	146.114	116.891	158.590	121.417

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do ativo fiscal e do passivo fiscal diferidos se dará em até 10 anos, assim distribuídos:

Anos	31/12/2024			
	Banco		Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2025	146.296	135.590	152.302	141.160
2026	56.216	43.845	63.182	49.268
2027	46.625	32.984	48.002	33.957
2028	46.317	29.719	47.349	30.382
2029	37.919	22.069	38.952	22.670
2030 a 2034	85.808	45.298	85.808	45.298
Total do crédito tributário constituído	419.181	309.505	435.595	322.735
2025	20.695	19.180	22.494	20.848
2026	-	-	-	-
2027	-	-	-	-
2028	-	-	-	-
2029	-	-	-	-
2030 a 2034	-	-	-	-
Total do passivo diferido tributário constituído	20.695	19.180	22.494	20.848

O valor presente do crédito tributário e do passivo diferido foram apurados considerando-se a taxa Selic projetada pelo Bacen para os anos de realização.

e. Demonstração de realização dos créditos tributários e passivos diferidos

Em relação à expectativa de realização em 2024 dos créditos e passivos diferidos tributários constituídos ao final do exercício anterior, o Banco Sicoob realizou 99,97% dos valores previstos para o crédito tributário. No encerramento do exercício de 2023 não havia passivo diferido tributário constituído.

A previsão de realização dos montantes foi apontada em estudo técnico realizado em 31 de dezembro de 2023, conforme critérios definidos à época.

Créditos Tributários	Previsão de realização	Realizado	Percentual realizado
Participação no resultado	22.409	22.409	100%
Programa de incentivo de crédito	9.618	9.618	100%
Programa de Incentivo Comercial Sicoob - PIC	7.102	7.102	100%
Passivos contingentes	3.509	3.467	99%
Provisão para fraudes - cartões	29.686	29.686	100%
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	35.032	35.032	100%
Marcação a mercado - TVM LFT	1.720	1.720	100%
Campanha Nacional de Vendas - CNV	5.650	5.650	100%
Outras provisões	17.578	17.578	100%
Total	132.304	132.262	99,97%

f. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição	Banco								Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		2º semestre de 2024		2º semestre de 2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	834.695	834.695	804.677	804.677	376.531	376.531	477.482	477.482	982.377	982.377	902.617	902.617
Resultado de participações em controladas	(359.143)	(359.143)	(277.468)	(277.468)	(196.653)	(196.653)	(157.567)	(157.567)	(133.923)	(133.923)	(119.896)	(119.896)
Participação de empregados nos lucros	(22.339)	(22.339)	(22.061)	(22.061)	(11.121)	(11.121)	(13.943)	(13.943)	(29.136)	(29.136)	(27.211)	(27.211)
Base de cálculo	453.213	453.213	505.148	505.148	168.757	168.757	305.972	305.972	819.318	819.318	755.510	755.510
Alíquota de tributação	25%	20%	25%	20%	25%	9%	25%	20%	25%	*	25%	*
	113.303	90.643	126.287	101.030	42.189	33.751	76.493	61.194	204.830	135.803	188.878	129.509
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	88.470	70.777	(9.918)	(7.935)	52.092	41.673	(9.226)	(7.381)	87.878	70.858	(2.832)	(5.399)
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	13.980	11.139	10.888	8.669	9.379	7.493	6.540	5.223	18.537	13.605	14.482	10.727
	102.450	81.916	970	734	61.471	49.166	(2.686)	(2.158)	106.415	84.463	11.650	5.328
Patrocínios incentivados	(5.929)	-	(2.949)	-	(5.629)	-	(1.666)	-	(8.426)	-	(4.282)	-
Doações	(3.899)	-	(2.904)	-	(3.899)	-	(2.904)	-	(5.204)	-	(4.583)	-
PAT	(2.766)	-	(1.936)	-	(1.426)	-	(1.936)	-	(4.540)	-	(3.055)	-
Prorrogação licença maternidade/paternidade	(147)	-	(295)	-	(30)	-	(179)	-	(364)	-	(476)	-
	(12.741)	-	(8.084)	-	(10.984)	-	(6.685)	-	(18.534)	-	(12.396)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	203.012	172.559	119.173	101.764	92.676	82.917	67.122	59.036	292.711	220.266	188.132	134.837
Imposto de renda e contribuição social - exercícios anteriores	2.327	1.862	-	-	132	106	-	-	2.327	1.862	-	-
	205.339	174.421	119.173	101.764	92.808	83.023	67.122	59.036	295.038	222.128	188.132	134.837

* as alíquotas da Contribuição Social variaram entre 20%, 15% e 9%, a depender da natureza jurídica das empresas e do período do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 10 – Investimentos em participações em coligadas e controladas

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no “Investimentos em participações em coligadas e controladas”. Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo “Resultado de participações em coligadas e controladas”. Para as demonstrações contábeis consolidadas, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

Descrição	Data-Base	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Partic. %	Quantidade de quotas	Resultado de Equivalência				Banco		Consolidado	
							Exercícios		2º Semestre		Exercícios		Exercícios	
							2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (a)	31/12/2024	2.170	14.354	9.199	100	2.170.000	9.199	8.130	4.464	4.343	14.354	13.285	-	-
Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda. (b)	31/12/2024	159.671	317.398	109.393	99	159.671.000	108.300	47.850	65.708	32.625	314.224	205.925	-	-
Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. (c)	31/12/2024	447.115	562.080	107.308	100	447.115.000	107.308	101.330	52.675	62.180	562.080	454.772	-	-
Sicoob Participações em Seguridade S.A. (d)	31/12/2024	40.000	253.691	134.336	100	40.000.000	134.336	120.158	73.806	58.419	253.691	142.267	164.590	138.579
Total							359.143	277.468	196.653	157.567	1.144.349	816.249	164.590	138.579

- (a) Administradora e gestora de fundos de investimento, cujo patrimônio administrado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 143,65 bilhões (31 de dezembro de 2023 é de R\$ 116,34 bilhões).
- (b) Administradora/processadora de Meios de Pagamento dentro do sistema Sicoob.
- (c) Administradora de Consórcios, opera com consórcios no ramo de veículos leves, pesados, imóveis, serviços e outros bens móveis, atualmente possui mais de 426.137 mil cotas ativas e administra uma carteira de R\$ 50,29 bilhões.
- (d) Sicoob Participações em Seguridade S.A. – Sicoob PAR, a qual detém participação societária na Sicoob Seguradora de Vida e Previdência S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Imobilizado

	Banco						Consolidado
	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total	total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.010	41.997	6.484	41.351	740	93.582	146.668
Aquisição	-	-	6.255	54.192	129	60.576	289.029
Alienação	-	-	(230)	(9)	(2)	(241)	(311)
Depreciação	-	(3.274)	(1.262)	(19.505)	(149)	(24.190)	(60.921)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.010	38.723	11.247	76.029	718	129.727	374.465
Custo total	3.010	72.581	18.637	125.430	1.717	221.375	526.838
Depreciação acumulada	-	(33.858)	(7.390)	(49.401)	(999)	(91.648)	(152.373)
Valor residual	3.010	38.723	11.247	76.029	718	129.727	374.465
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.010	38.723	11.247	76.029	718	129.727	374.465
Aquisição	-	-	6.668	82.238	463	89.369	186.761
Alienação	-	-	-	(3)	-	(3)	(963)
Depreciação	-	(3.274)	(1.782)	(24.786)	(160)	(30.002)	(95.449)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.010	35.449	16.133	133.478	1.021	189.091	464.814
Custo total	3.010	72.581	25.285	207.662	1.953	310.491	710.393
Depreciação acumulada	-	(37.132)	(9.152)	(74.184)	(932)	(121.400)	(245.579)
Valor residual	3.010	35.449	16.133	133.478	1.021	189.091	464.814
Taxas anuais de depreciação - %	-	4,70%	10%	20%	10%		

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 12 – Intangível

	Banco	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.893	16.830
Aquisição	47.247	49.962
Alienação	(2)	(217)
Amortização	(8.801)	(12.488)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.337	54.087
Custo total	63.874	97.951
Amortização acumulada	(19.537)	(43.864)
Valor residual	44.337	54.087
Saldos em 31 de dezembro de 2023	44.337	54.087
Aquisição	66.616	73.831
Alienação	(487)	(487)
Amortização	(18.461)	(23.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	92.005	104.339
Custo total	130.003	171.294
Amortização acumulada	(37.998)	(66.955)
Valor residual	92.005	104.339
Taxas anuais de depreciação - %	20%	20%

Nota 13 – Depósitos

a. Composição de depósitos

Depósitos	Banco							Consolidado	
	31/12/2024							31/12/2023	31/12/2024
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total	Total
Depósitos à vista	111.881	-	-	-	-	-	111.881	106.219	111.605
Depósitos de poupança	15.405.229	-	-	-	-	-	15.405.229	12.731.564	15.405.229
Depósitos interfinanceiros	-	2.065.354	2.917.157	21.121.820	44.729.203	6.094.563	76.928.097	66.115.964	76.928.097
Depósitos interfinanceiros rurais	-	64.193	-	435.867	7.948.685	150.248	8.598.993	11.817.170	8.598.993
Depósitos a prazo	-	10.873	4.360.602	106.119	90.053	1.705.343	6.272.990	4.766.874	5.169.269
Total	15.517.110	2.140.420	7.277.759	21.663.806	52.767.941	7.950.154	107.317.190	95.537.791	106.213.193
Circulante							99.367.036	84.097.955	99.452.389
Não Circulante							7.950.154	11.439.836	6.760.804

b. Despesas com operações de captações no mercado

	Banco				Consolidado	
	2024	2023	2º Semestre 2024	2º Semestre 2023	2024	2023
Depósitos de poupança	906.018	879.410	492.906	434.551	906.018	879.410
Depósitos interfinanceiros	9.031.526	9.089.373	4.614.429	4.972.369	9.031.526	9.089.373
Depósitos a prazo	487.584	495.477	259.684	256.755	393.730	406.100
Captação no mercado aberto	302.097	249.820	212.506	96.242	302.097	249.820
Outras despesas de captação	173.573	112.684	100.493	67.387	173.573	112.684
Total	10.900.798	10.826.764	5.680.018	5.827.304	10.806.944	10.737.387

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 14 – Obrigações por operações compromissadas

Banco e Consolidado				
	31/12/2024		31/12/2023	
	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Própria	3.180.077	7.775.486	10.955.563	8.162.678
Total	3.180.077	7.775.486	10.955.563	8.162.678
Circulante			3.180.077	-
Não Circulante			7.775.486	8.162.678

Nota 15 – Recursos de aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias, debêntures e similares

	Banco e Consolidado						31/12/2023
	31/12/2024						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
LCI	-	-	4.251	21.163	4.953	30.367	-
LCA	54.742	138.544	214.904	540.379	204.390	1.152.959	1.027.575
Total	54.742	138.544	219.155	561.542	209.343	1.183.326	1.027.575
Circulante						973.983	500.349
Não Circulante						209.343	527.226

Nota 16 – Obrigações por empréstimos e repasses

a. Composição das obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/FINAME, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2042 e com encargos financeiros de até 16,67 % a.a.

	Banco e Consolidado							
	31/12/2024						31/12/2024	31/12/2023
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Total
BNDES	208.063	836.304	2.019.189	1.552.861	1.481.097	1.193	6.098.707	3.815.061
Banco do Brasil / FCO	39.382	138.192	324.084	194.470	107.739	-	803.867	781.252
Banco da Amazônia / FNO	469	24.438	78.447	88.673	93.154	-	285.181	195.040
FINEP	10.409	31.306	83.344	78.672	107.398	-	311.129	-
FINAME	89.542	437.140	895.171	558.988	418.322	-	2.399.163	1.572.562
Funcafé	157.365	288.660	38.550	4.103	377	-	489.055	440.531
SFH - Pró Cotista	26	80	232	253	1.930	6.871	9.392	1.550
Obrigações em moedas estrangeiras	-	254.810	-	-	-	-	254.810	9.828
Total	505.256	2.010.930	3.439.017	2.478.020	2.210.017	8.064	10.651.304	6.815.824
Circulante							2.516.186	1.821.206
Não Circulante							8.135.118	4.994.618

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b. Despesas das obrigações por empréstimos e repasses

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023
Redesconto do Banco Central	17	-	-	-
SFH - Pró cotista	379	14	268	14
BNDES	283.049	139.062	160.661	78.893
FINAME	173.967	103.257	98.076	56.678
Banco do Brasil / FCO	34.550	26.203	18.615	14.337
FINEP	1.522	-	1.516	-
Outras instituições - Funcafé	46.401	43.569	27.968	23.949
Obrigações com banqueiro no exterior	6.126	98	3.917	98
Total	546.011	312.203	311.021	173.969

Nota 17 – Instrumentos financeiros derivativos

	Banco e Consolidado		
	31/12/2024		31/12/2023
	Sem vencimento	Total	Total
Futuro	56	56	639
Total	56	56	639
Circulante		56	639
Não Circulante		-	-

Nota 18 – Provisões

a. Provisões para contingências

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN nº 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: (a) o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no período. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros ativos – Outros”.

Provisões constituídas

Composição dos saldos patrimoniais

	Banco				Consolidado			
	31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Administrativo	-	-	-	13	-	-	-	13
Fiscais	17.293	93	13.702	84	19.356	4.010	14.559	87
Trabalhistas	1.132	2.086	1.157	2.466	1.150	2.463	1.175	2.526
Cíveis	9.715	19.915	9.584	16.993	10.272	22.097	9.838	18.215
Total	28.140	22.094	24.443	19.556	30.778	28.570	25.572	20.841

Movimentação das provisões para causas judiciais

	Banco					Consolidado	
	31/12/2024					31/12/2024	31/12/2023
	Administrativo	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	13	84	2.466	16.993	19.556	17.339	18.143
Constituição no exercício	-	9	2.070	9.592	16.368	7.093	8.457
Utilização no exercício	(12)	-	(1.374)	(3.439)	(4.825)	(3.225)	(3.975)
Reversões no exercício	(1)	-	(1.076)	(3.231)	(9.005)	(1.651)	(1.784)
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	93	2.086	19.915	22.094	19.556	20.841

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 21b) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 18).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- Administrativo** - Referem-se, basicamente, a reclamações em relação à prestação de serviços e produtos do Banco Sicoob.
- Fiscais** - Referem-se, basicamente, a discussões em relação aos honorários de sucumbências.
- Trabalhistas** - Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- Cíveis** - Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cronograma esperado de saídas de benefícios econômicos

Em virtude da natureza das contingências existentes e a complexidade do ambiente jurídico do Brasil, há incertezas que não permitem uma definição razoável do cronograma de liquidação futura das ações.

Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Banco Sicoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações cíveis que discutem danos materiais e morais referentes aos produtos do Banco Sicoob; (iv) ações de natureza trabalhista/previdenciária; (v) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (vi) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco.

Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	57.263	47.663	58.200	48.499
Tributários	231.383	210.521	231.454	210.695
Cíveis	458.430	343.358	493.609	372.765
Administrativo/Procon	48.226	10.987	48.732	11.023
Total	795.302	612.529	831.995	642.982

b. Provisões para garantias prestadas

	Banco e Consolidado	
	Exercícios	2º Semestre
	2024	2023
Saldo no início do período	379	171
Constituição (reversão)	606	208
Saldo no final do período	985	379

Provisão para garantias prestadas, sujeita aos mesmos critérios mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682/99. No exercício de 2024, houve constituição de R\$ 606 (31/12/2023 – 208, sendo constituição).

Nota 19 – Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social no valor de R\$ 4,14 bilhões, é composto atualmente por 1.990.003.511 (31/12/2023 – 1.690.647.751) ações, sendo 1.000.462.425 ações ordinárias (31/12/2023 – 849.963.097) e 989.541.086 ações preferenciais (31/12/2023 – 840.684.654), todas sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17/05/2024 e 11/12/2024 o Bacen aprovou o aumento de capital no valor total de R\$ 733.571 e em 2023 o aumento foi no valor de R\$ 839.906.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 1.732 (2023 - R\$ 1.732) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 29.592 (R\$ 27.191 em 31/12/2023).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 534.138 (R\$ 490.803 em 31/12/2023), a ser destinada na próxima assembleia. Também foi constituído dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 28.113 (R\$ 25.832 em 31/12/2023), os quais serão destinados quando autorizado.

d. Ações em tesouraria

Em 2024 foram recompradas 121.555 ações no valor de R\$ 289.

e. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 28.112, equivalentes a R\$ 14,13 por lote de mil ações (31/12/2023 - R\$ 25.832, equivalentes a R\$ 15,28 por lote de mil ações).

Em 13/04/2023 foi deliberado o pagamento de Dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 429.907.

f. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social (Nota 9).

g. Participação de acionistas não controladores

Refere-se à participação da Cabal Cooperativa de Provision de Servs. Ltda, na empresa Sicoob Soluções de Pagamentos Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 20 – Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2024 é de 18,34% (31/12/2023 16,47%).

Indicadores regulamentares	Posição	
	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência - PR	5.495.656.724	4.121.365.602
Parcelas de risco (8,0%)	2.273.589.877	1.969.170.514
Parcela para risco de crédito - RWAcpad	1.846.659.088	1.575.631.260
Parcela para risco de mercado - RWAm pad	15.009.783	34.348.315
Parcela para risco operacional - RWAopad	411.921.005	359.190.939
Adicional de capital principal – ACP (2,5%)	710.496.836	615.365.786
Parcela bancária – IRRBB	162.712.273	42.846.602
Patrimônio de referência exigido - PRE	3.146.798.986	2.627.382.902
Índice de Basileia - IB	18,34%	16,47%

Nota 21 – Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Outros ativos

a1. Transações de pagamento

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações de pagamento – aquisição	5.380.714	4.272.156	5.466.687	4.354.761
Valores a receber relativos a transações de pagamento - cartão	13.992.755	12.462.122	13.992.755	12.462.122
Total	19.373.469	16.734.278	19.459.442	16.816.883
Circulante	18.883.757	16.431.216	18.969.730	16.431.216
Não Circulante	489.712	303.061	489.712	385.667

a2. Carteira de câmbio

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Câmbio comprado a liquidar	539.979	121.905	539.979	121.905
Direitos sobre vendas de câmbio	268	31	268	31
(-) Adiantamento em moeda nacional recebidos	(268)	-	(268)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	12.170	2.314	12.170	2.314
Total	552.149	124.250	552.149	124.250
Circulante	552.149	124.250	552.149	124.250
Não Circulante	-	-	-	-

a3. Rendas a receber

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços prestados	6.513	9.523	81.598	53.887
Outras rendas a receber	193.956	131.809	194.143	131.868
Total	200.469	141.332	275.741	185.755
Circulante	200.469	141.332	275.741	185.755
Não Circulante	-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a4. Outros

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cheques e outros papéis remetidos	113	107	113	107
Impostos e contribuições a compensar	233.542	196.019	367.514	296.786
Pagamentos a ressarcir	58.924	56.285	59.064	56.721
Títulos e créditos a receber	44.534	34.590	41.113	34.348
Devedores diversos – País	125.240	150.010	146.333	160.008
Despesas antecipadas (a)	48.768	36.495	443.697	290.886
Outros	65.938	73.778	70.711	76.992
Total	577.059	547.284	1.128.545	915.848
Circulante	485.022	463.339	639.010	574.627
Não Circulante	92.037	83.945	489.535	341.221

(a) Refere-se, basicamente, à estoque de cartões magnéticos (plásticos), Comissões sobre Operações de Crédito e Comissões Vendas de Consórcio.

a5. Provisão para outros ativos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para valores a receber relativo à transações de pagamento	185.918	139.768	185.918	139.768
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	6.731	1.683	10.793	1.683
Total	192.649	141.451	196.711	141.451
Circulante	184.173	138.521	188.235	138.521
Não Circulante	8.476	2.930	8.476	2.930

b. Outros passivos

b1. Transações de Pagamentos

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Conta de pagamento pré-paga	-	-	107.126	92.932
Cheque e outros papéis recebidos	98	40	98	40
Transações de pagamento	12.725.784	11.146.190	12.725.790	11.146.194
Obrigações por transações de pagamentos	3.253.865	2.583.210	3.406.481	2.731.194
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	74	385	74	385
Total	15.979.821	13.729.825	16.239.569	13.970.745
Circulante	15.979.821	13.729.825	16.239.569	13.970.745
Não Circulante	-	-	-	-

b2. Obrigações sociais e estatutárias e pagamentos a liquidar

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração de capital a pagar	1.528	1.528	1.528	1.528
Provisão para participação nos lucros	22.891	22.409	29.599	28.185
Total	24.419	23.937	31.127	29.713
Circulante	24.419	23.937	31.127	29.713
Não Circulante	-	-	-	-

b3. Fiscais e previdenciárias

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para imposto de renda	203.013	119.173	292.622	188.081
Provisão para contribuição social	172.559	101.764	220.227	134.812
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.319	2.799	3.531	3.929
Impostos e contribuições sobre salários	8.166	8.217	11.656	11.511
Outros impostos	16.133	12.149	30.355	23.247
Total	402.190	244.102	558.391	361.580
Circulante	401.661	243.573	557.862	361.051
Não Circulante	529	529	529	529

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b4. Carteira de câmbio

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Câmbio vendido a liquidar	267	31	267	31
Obrigações por conta de câmbio	480.675	123.655	480.675	123.655
(-) adiantamento sobre contratos de câmbio	(383.754)	(123.516)	(383.754)	(123.516)
Total	97.188	170	97.188	170
Circulante	97.188	170	97.188	170
Não Circulante	-	-	-	-

b5. Instrumentos de dívida elegíveis a capital

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Letras financeiras subordinada complementar - LFSC (a)	603.783	-	603.783	-
Total	603.783	-	603.783	-
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	603.783	-	603.783	-

(a) LFSC emitidas no exercício de 2024, com caráter de perpetuidade e pagamento de juros semestrais.

b6. Outros

	Banco		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Relações interdependências	57.099	39.423	57.099	39.423
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	11.528	19.370	11.528	19.370
Obrigações por recursos de consorciados grupos encerrados	-	-	1.611	1.599
Obrigações por convênios oficiais	72.846	48.110	72.846	48.110
Despesas de pessoal	23.962	23.668	35.195	34.092
Despesas administrativas	263.648	124.967	262.449	110.765
Cartão de crédito	357.398	342.805	357.398	342.805
Despesas sobre operações de crédito	252.598	79.129	252.598	79.129
Adquirência	82.921	69.924	82.921	69.924
Outros (a)	171.515	47.799	908.420	627.549
Total	1.293.515	795.195	2.042.065	1.372.766
Circulante	1.289.917	792.138	1.739.543	1.173.422
Não Circulante	3.598	3.057	302.522	199.344

(a) Refere-se basicamente à valores a pagar para fornecedores, restituição de operações de consignado, arrecadação, repasses de máquinas de adquirência, taxa de administração de Consórcio e pontos a resgatar do Coopera.

c. Resultado de câmbio

	Banco e Consolidado			
	Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023
Rendas de operações de câmbio	28.826	2.513	20.335	2.453
Rendas de variações e diferenças de taxas	77.845	1.711	46.180	720
Rendas de disponibilidade em moeda estrangeira	13.839	872	9.886	-
Despesas de câmbio	(2.580)	(394)	(2.299)	(214)
Despesas de operações de câmbio	(3.775)	(54)	(3.775)	-
Despesas de variações e diferenças de taxas	-	(234)	-	(234)
Total	114.155	4.414	70.327	2.725

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d. Resultado das aplicações compulsórias

Banco e Consolidado				
	Exercícios		2º Semestre	
	2024	2023	2024	2023
Recolhimentos depósitos de poupança	180.118	165.206	100.245	83.505
Recolhimentos depósitos de poupança - Livre	12.256	18.335	5.284	9.093
Total	192.374	183.541	105.529	92.598

e. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Convênio Sicoob	11.071	11.042	5.811	5.609	11.071	11.042
Rendas de serviços bancários (a)	31.859	23.939	17.344	11.988	31.859	23.939
Rendas de serviços prestados de fundos	5.603	4.404	2.992	2.350	5.603	4.404
Rendas de administração de fundos	-	-	-	-	26.384	20.712
Rendas de administração de consórcio	-	-	-	-	530.291	535.989
Rendas de serviços com cartão de crédito (b)	16.176	276.925	8.585	7.586	364.859	408.125
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento	247.068	288.381	142.197	117.957	247.252	288.517
Rendas de recebimento de concessionárias (c)	88.138	114.735	38.304	53.540	88.138	114.735
Rendas de tarifas bancárias	129	89	70	51	129	89
Rendas com serviços de aquisição	149	417	66	125	149	417
Outras rendas com processamento de cartões	-	-	-	-	15.747	151.796
Outras rendas com cartões	29.946	32.478	14.399	17.779	29.946	50.011
Outras receitas diversas (d)	115.434	109.677	58.835	54.302	274.767	88.678
Total	545.573	862.087	288.603	271.287	1.626.195	1.698.454

- (a) Refere-se à prestação de serviços como microfilmagem, fornecimento de talonário de cheques e processamento de serviços de compensação.
- (b) Refere-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.
- (c) Refere-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.
- (d) Refere-se, principalmente, à rendas com seguros e rendas com serviços prestados de convênios.

f. Composição de outras receitas operacionais

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Recuperação de encargos e despesas	18.733	12.571	11.568	6.828	18.733	12.571
Receitas de cartões de crédito (a)	341.641	281.827	174.043	187.598	341.641	306.833
Adquirência	144.884	182.471	75.225	84.536	144.883	182.471
Outras	25.989	31.879	15.375	12.344	103.492	79.675
Total	531.247	508.748	276.211	291.306	608.749	581.550

- (a) A fim de compor o total de receita com cartão de crédito, considerar também, a nota 21d.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g. Despesas de pessoal

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Honorários pagos a diretores e conselheiros	20.356	19.740	10.504	10.091	22.024	21.371
Proventos (a)	119.708	116.762	59.926	60.441	179.089	170.728
Encargos sociais (b)	53.374	52.135	26.690	27.001	76.759	73.021
Benefícios (c)	41.114	39.820	20.567	21.949	85.428	78.219
Treinamentos	3.204	3.716	1.700	1.753	3.260	3.828
Remuneração a estagiários	-	65	-	25	1.864	1.984
Total	237.756	232.238	119.387	121.260	368.424	349.151

- (a) Refere-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.
(b) Refere-se, principalmente, a provisões de INSS e FGTS de funcionários.
(c) Refere-se, principalmente, a benefícios de assistência médica, vale-transporte e vales-refeições pagos a funcionários.

h. Despesas administrativas

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	207	426	105	244	1.199	2.012
Despesas de comunicação	43.080	45.611	20.174	21.860	82.470	66.476
Despesas de material	96	222	38	160	506	357
Despesas de processamento de dados	96.887	45.768	66.674	23.491	166.072	97.733
Despesas com propaganda e publicidade	256.158	159.190	160.452	65.155	271.218	168.661
Despesas com serviços do sistema financeiro	51.751	47.659	25.437	24.353	52.929	48.752
Despesas de serviços de terceiros (a)	125.070	99.033	63.505	53.850	460.107	477.069
Despesas de serviços técnicos especializados	35.362	29.369	22.335	15.240	36.535	27.875
Despesas de serviços de auditoria externa	3.115	2.393	2.010	1.394	3.275	2.661
Despesas de depreciação e amortização	48.464	32.990	25.265	17.704	118.542	73.409
Despesas com viagens	5.333	7.676	2.437	4.292	5.438	7.714
Outras despesas administrativas	29.653	19.564	22.301	14.179	38.991	23.150
Total	695.176	489.901	410.733	241.922	1.237.282	995.869

- (a) Refere-se, basicamente, à serviços com microfilmagem, talonários, consulta de proteção ao crédito, mão de obra de terceiros e comissões pagas pela venda de cotas de Consórcio.

i. Despesas Tributárias

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Despesas de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS	14.902	28.665	7.307	7.655	70.656	71.583
Despesas de contribuição - COFINS	111.889	91.395	61.023	44.509	185.869	152.351
Despesas de contribuição - PIS/PASEP	18.182	14.851	9.916	7.233	33.828	27.710
Outras despesas tributárias	2.281	2.562	1.032	898	5.130	5.089
Total	147.254	137.473	79.278	60.295	295.483	256.733

j. Composição de outras despesas operacionais

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Contingências	8.135	5.803	4.059	3.162	15.314	7.052
Despesas serviços associados à transações de pagamento	106.973	207.216	57.244	39.200	106.964	179.349
Comissão sobre operações de crédito	499.083	330.813	271.107	177.660	499.083	330.813
Adquirência	44.617	158.853	21.089	52.991	44.617	158.853
Outras despesas operacionais	154.107	109.389	96.070	49.019	211.053	147.475
Total	812.915	812.074	449.569	322.032	877.031	823.542

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

k. Resultado não operacional

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita não operacional (a)	10.130	156	1.103	78	10.130	157
Despesa não operacional (b)	(4.052)	(519)	(3.252)	(513)	(4.191)	(588)
Total	6.078	(363)	(2.149)	(435)	5.939	(431)

- (a) Refere-se, predominantemente, à ganhos de capital pela desmutualização da CIP.
(b) Refere-se, predominantemente, à desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda das operações de crédito imobiliários transferidos para o BNDU.

l. Resultados recorrentes e não recorrentes

Não houve qualquer resultado não recorrente no exercício/período.

Nota 22 – Transações com partes relacionadas

a. Sistema Sicoob

O Banco Sicoob foi criado, conforme descrito no contexto operacional (Nota 1), para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88.

Demonstramos abaixo as operações do Banco com o sistema Sicoob:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	32.695.969	33.612.781
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	32.677.814	33.573.648
Valores a receber	15.268	31.844
Despesas antecipadas – comissão	2.887	7.289
Passivo	87.026.135	74.352.251
Depósitos	77.875.050	66.728.250
Operações compromissadas	7.028.733	7.194.349
Valores a pagar	2.122.352	429.652
Receitas	4.420.249	4.224.666
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	3.339.416	3.370.245
Outras receitas	1.080.833	854.421
Despesas	9.177.752	9.193.905
Captação	8.465.132	8.648.863
Outras despesas	712.620	545.042

b. Subsidiárias

	Sicoob DTVM		Sicoob PAR		Sicoob Soluções de Pagamentos		Sicoob Consórcios	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	47	37	-	-	3.015	-	359	204
Valores a receber	47	37	-	-	3.015	-	359	204
Passivo	10.601	12.988	88.875	3.436	540.179	371.070	492.227	404.540
Depósitos à vista	2	2	13	1	79	227	181	16
Depósitos a prazo	10.598	12.986	88.862	3.435	512.216	337.642	492.046	404.524
Valores a pagar	-	-	-	-	27.884	33.201	-	-
Despesas	1.264	1.402	639	406	47.824	79.519	47.154	47.107
Despesas de captação	1.264	1.402	639	406	44.797	40.463	47.154	47.107
Despesas administrativas	-	-	-	-	3.027	39.056	-	-
Receitas	-	-	-	-	33.898	29.007	2.611	2.318
Receitas diversas	-	-	-	-	33.898	29.007	2.611	2.318

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais de acionistas, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

A remuneração paga aos diretores e conselheiros está demonstrada a seguir:

	Banco				Consolidado	
	Exercícios		2º Semestre		Exercícios	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Honorários	18.171	17.192	9.272	8.836	19.531	18.478
Benefícios	5.185	4.197	2.879	2.203	5.835	4.736
Encargos	4.456	4.232	2.256	2.170	4.818	4.578
Total	27.812	25.621	14.407	13.209	30.184	27.792

Nota 23 – Outras informações

a. Acordos de compensação entre ativos e passivos com mesma instituição financeira

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05, o Banco Sicoob possui aplicações em instituições financeiras em que se permite a compensação com captações da mesma titularidade.

Os montantes sujeitos à compensação estão resumidos a seguir:

Descrição	Banco			31/12/2023		
	31/12/2024			Aplicação	Captação	ACO
	Aplicação	Captação	ACO			
CDI/LF	4.251.160	7.177.512	3.904.619	5.817.936	9.352.266	5.311.225
Total	4.251.160	7.177.512	3.904.619	5.817.936	9.352.266	5.311.225

b. Seguros

O Banco Sicoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2024, R\$ 48.315 (31/12/2023 - R\$ 24.128). Em dezembro de 2024 há uma provisão no valor de R\$ 606 (31/12/2023 - R\$ 208 constituição).

d. Benefícios a empregados

Previdência complementar

O Banco Sicoob e as empresas do conglomerado são patrocinadoras da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2024, o Sicoob Previ contava com 1.323 participantes ativos (2023 – 1.267), cuja contribuição consolidada totalizou R\$ 9.097 (31/12/2023 - R\$ 8.412).

e. Participação nos lucros

O Banco Sicoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No exercício de 2024, foram provisionados os valores de R\$ 22.339 (31/12/2023 – R\$ 22.061), consolidado – R\$ 29.136 (31/12/2023 – R\$ 27.211), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Efeitos climáticos do Rio Grande do Sul

A tragédia ocorrida no estado Rio Grande do Sul não trouxe impactos relevantes nas demonstrações contábeis do Banco Sicoob.

Nota 24 – Impacto Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

1) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros:

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iv) ativo problemático e stop accrual; v) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- **Etapa 1 - Avaliação (2022):** Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;
- **Etapa 2 - Desenho (2023):** Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- **Etapa 3 - Desenvolvimento (2023/2024):** Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "De x Para" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.
- **Etapa 4 - Testes e Homologações (2024):** Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- **Etapa 5 - Atividades de transição (2024):** Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- **Etapa 6 - Adoção inicial (1º de janeiro de 2025):** Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

2) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023 no Sicoob:

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- **Classificação em modelos de negócios:** Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

- **Modelo de Negócio 1:** Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período.

- **Modelo de Negócio 2:** Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários).

- **Modelo de Negócio 3:** Outros modelos de negócios

Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período.

As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

- **Taxa de juros efetiva da operação (TJEO):** o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN nº 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

- **Suspensão dos juros (stop accrual):** de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN nº 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

- **Alocação em estágios:** dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- **Estágio 1:** ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Estágio 2:** ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;
- **Estágio 3:** ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

- **Perdas esperadas (PE):** A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperadas (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos critérios supracitados, a Instituição, segundo melhores estimativas, avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um complemento de provisão no valor **de R\$ 7.673 mil, correspondente a 0,15%** sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais, quando comparado com a Resolução nº 2.682/1999. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.

- **Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off):** O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

- **Efeitos tributários:** Em relação aos efeitos fiscais referentes à adoção dos critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4966/2021, foi editada em 2022 a Lei nº 14.467 (com posterior alterações pela Lei nº 15.078/2024) que modificou o tratamento tributável das perdas em operações de crédito de liquidação duvidosa para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. A norma passará a produzir efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025 e as instituições deixarão de aplicar os dispositivos presentes na Lei nº 9.430/96 e passarão a deduzir as perdas inadimplidas sem considerar a data de contratação do crédito. Nas operações com pessoas jurídicas em processo de falência ou recuperação judicial as perdas poderão ser deduzidas a partir do momento da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal nas apurações do IRPJ e da CSLL deverão observar os percentuais previstos na legislação, conforme o período de inadimplemento das operações.

As perdas apuradas sobre créditos inadimplidos em 31/12/2024 e não utilizadas poderão ser deduzidas nas apurações dos tributos supracitados a partir de 1º de janeiro de 2026, também observando os percentuais determinados na legislação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3) Outros aspectos de regulação:

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor.

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

* * *

Composição dos órgãos da Administração do Banco Sicoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Carlos Augusto de Macedo Chiaraba
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Ivo Azevedo de Brito
Jean Rodrigues
João Batista Bartoli de Noronha
José Evaldo Campos
Luiz Gonzaga Viana Lage
Oberdan Pandolfi Ermita
Marcelo Martins
Rui Schneider da Silva

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2

Resumo do relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios e Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos.
3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Independente:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no 2º semestre de 2024, 3 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis; avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e

conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;

- d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
- e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC); gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental, climático, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e
- f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

- 7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
- 8. No 2º semestre de 2024 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.
- 9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente

- 10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
- 11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2024.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2024 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares e de acordo com as práticas adotadas no País, refletindo, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Banco Sicoob naquela data.

Brasília/DF, 31 de março de 2025.

Antonio Carlos Correia
Coordenador

Douglas Souza de Oliveira